

UNIVERSIDADE TÉCNICA DE LISBOA
INSTITUTO SUPERIOR DE ECONOMIA E GESTÃO

MESTRADO EM: FINANÇAS

CRITÉRIOS QUALITATIVOS NA ATRIBUIÇÃO DE *RATING*:
IMPORTÂNCIA DADA PELOS BANCOS E IMPACTO NAS PME

GONÇALO FRANCISCO DE OLIVEIRA VILELA DA SILVA

Orientação: Professor Doutor Jorge Landeiro de Vaz

Júri:

Presidente: Doutora Maria Teresa Medeiros Garcia

Vogais: Doutora Maria Nazaré Rala Esparteiro Barroso

 Doutor Jorge Júlio Landeiro de Vaz

Fevereiro/2011

AGRADECIMENTOS

Cabe-me neste espaço agradecer a todos aqueles que contribuíram para a realização deste trabalho e para que fosse possível atingir mais esta meta.

Em primeiro lugar agradeço ao meu orientador, Professor Doutor Jorge Landeiro de Vaz que, desde logo, mostrou disponibilidade para me guiar nesta dissertação e que muito contribuiu para a minha formação na área ligada às instituições financeiras. Mesmo considerando a escassez de tempo dado o elevado ritmo profissional de ambos, foi possível levarmos o trabalho a bom porto.

Agradeço também ao Instituto Superior de Economia e Gestão pela qualidade dos cursos leccionados e pela preparação académica os quais permitiram que terminasse esta dissertação de forma adequada.

Não posso deixar de agradecer ao Dr. Nuno Cavaco Henriques Administrador da Lisgarante, Sociedade de Garantia Mútua, pela ajuda na escolha do tema e pela forte influência na obtenção de muitas das respostas dos bancos e pela motivação que sempre me incutiu.

Por todo o suporte dado na colecta de material relacionado com Basileia II, na obtenção de respostas por parte dos bancos, na elaboração do questionário e da lista prévia ao questionário, no aprofundamento de conhecimentos relativamente à gestão de risco de crédito, deixo também um agradecimento à Dra. Palmira Gameiro, Directora de Risco da Lisgarante, Sociedade de Garantia Mútua.

Um agradecimento especial a todos os bancos que aceitaram contribuir para este projecto, permitindo assim que a presente dissertação tivesse uma relevância muito próxima do desejado, mesmo com a confidencialidade inerente a esta temática.

Deixo também uma palavra de apreço à Dra. Filipa de Freitas Simões por todo o incentivo e paciência, bem como pela ajuda na organização e disposição da dissertação.

Aos colegas de Mestrado pelo apoio sempre existente em todas as cadeiras, e pelo bom espírito de grupo criado.

Agradeço ainda à minha irmã Maria Joana pela força que sempre me transmitiu e pelo carinho e admiração que sempre demonstrou e que funcionaram como uma grande fonte de motivação.

Finalmente um agradecimento incondicional aos meus pais António e Fátima, pois foram eles que deram o maior contributo à minha formação académica e pessoal, proporcionando e oferecendo-me sempre as melhores condições possíveis para que alcançasse este patamar. Certo de que o orgulho que têm em mim, neste momento, não se aproxima do orgulho que tenho em cada um deles.

RESUMO

A implementação do Acordo Basileia II leva a uma uniformização nos modelos de gestão e de supervisão criando, assim, condições de maior equidade no mercado bancário.

O Novo Acordo de Capital traça linhas concretas no que concerne à gestão de riscos e designadamente à gestão do risco de crédito. Define, em sequência disto, um nível mínimo de solvabilidade de 8% que deverá ser cumprido e o qual representa um nível considerado adequado de exposição ao risco.

Para a obtenção deste nível mínimo de capital os bancos têm à sua disposição três métodos de classificação de clientes. Estes métodos diferem no grau de autonomia que é directamente proporcional à sofisticação e à complexidade dos mesmos. No entanto, os *ratings* atribuídos não são apenas relacionados com modelos estatísticos da carteira e têm em conta o tipo de cliente e a sua situação perante o mercado e perante o banco. Assim, os modelos de *rating* são alimentados por informação externa recolhida junto de outras entidades ou directamente junto das empresas clientes.

O estudo desenvolvido pretende perceber quais os critérios qualitativos que os bancos utilizam, directamente relacionados com a informação recolhida junto das empresas e qual o impacto desses critérios nas decisões de crédito.

Os resultados permitem concluir uma utilização diversa dos métodos disponibilizados por Basileia II, mas com uma tendência de homogeneização para o *Método IRB Foundation*. É ainda possível perceber que os critérios qualitativos, apesar de serem a parte menos significativa do *rating*, apresentam alguma expressão e mesmo capacidade para poderem influenciar a atribuição do mesmo.

Têm as empresas o ónus de fornecer atempadamente a informação pretendida pelos bancos, podendo com isso beneficiar de uma participação mais activa na discussão das condições de crédito e ajudar à atribuição do seu próprio *rating*.

PALAVRAS-CHAVE: Rating; Basileia II; Standard; IRB Foundation; IRB Advanced; Critérios Qualitativos.

ABSTRACT

The implementation of Basel II leads to a uniformity in the models of management and supervisory thus creating conditions for greater equity in the banking market.

The New Basel Capital Accord outlines concrete lines with regard to risk management and particularly the management of credit risk. Sets, in consequence of this, a minimum 8% solvency that must be met and that represents a level considered appropriate risk exposure.

To achieve this minimum level of capital banks have at their disposal three methods of classification of customers. These methods differ in the degree of autonomy which is directly proportional to the sophistication and complexity of them. However, the ratings are not just related to statistical models of the portfolio and take into account the type of client and his situation before the market and to the Bank, so the rating models are powered by external information gathered from other entities or directly from the client companies.

The study aims to understand which developed the qualitative criteria that banks use, directly related to the information collected from companies, and the impact of these criteria in lending decisions.

The results suggest a different use of the methods offered by Basel II, but with a trend of homogenization for IRB Foundation. You can also see that the qualitative criteria, although the smaller the rating, have some capacity for expression and even to influence the award of the same.

Companies have a duty to provide timely information required by banks, and this may benefit from more active participation in the discussion of credit conditions and help the assignment of his rating.

KEYWORDS: Rating; Basel II; Standard; IRB Foundation; IRB Advanced; Qualitative Criteria

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO.....	8
1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO - O TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS.....	8
1.2 OBJECTIVOS.....	11
1.3 PLANO DE APRESENTAÇÃO	11
2. REVISÃO DA LITERATURA.....	13
2.1 ACORDO DE BASILEIA – DE BASILEIA I A BASILEIA II.....	13
2.2 ACORDO DE BASILEIA II – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS	15
2.3 BASILEIA II – 3 PILARES.....	16
2.4 BASILEIA II – RISCO DE CRÉDITO.....	18
3. METODOLOGIA	24
3.1 MÉTODO DO ESTUDO DE CASO	24
3.2 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS AO ESTUDO.....	29
3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA	31
3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA.....	33
4. ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	38
4.1 CASO 1.....	38
4.2 CASO 2.....	41
4.3 CASO 3.....	45
4.4 CASO 4.....	48
4.5 CASO 5.....	51
4.6 CASO 6.....	55
4.7 ANÁLISE CRUZADA DE RESULTADOS.....	58
5. CONCLUSÕES E POSSÍVEIS PREPOSIÇÕES PARA ESTUDOS POSTERIORES.....	68
5.1 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS	68
5.2 IMPLICAÇÕES DIRECTAS NOS BANCOS	70

5.3	IMPLICAÇÕES DIRECTAS NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS	71
5.4	CONTRIBUIÇÃO.....	74
5.5	LIMITAÇÕES DO ESTUDO E CONSIDERAÇÕES PARA ESTUDOS POSTERIORES	75
6.	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	77
7.	ANEXOS	80
	ANEXO 1 - CARTA BANCOS	80
	ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO BANCOS	81
	ANEXO 3 – QUADRO 3 BOLETIM INFORMATIVO Nº 45 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS	86
	ANEXO 4 - QUADRO 10 BOLETIM INFORMATIVO Nº 45 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS	87

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 2-1	16
Figura 3-1	30
Figura 3-2	34

ÍNDICE DE TABELAS

Tabela 2-1.....	20
Tabela 3-1.....	35
Tabela 3-2.....	36

1. INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO MACROECONÓMICO - O TECIDO EMPRESARIAL PORTUGUÊS

“Até 2007 como é explicado por CARVALHO (2009), não obstante a evolução desfavorável no enquadramento macroeconómico, observada no início e no fim da primeira década do milénio, não se verificou uma deterioração excessivamente preocupante no rácio de incumprimento do sector bancário. (...) à excepção dos primeiros anos e do final da primeira década do novo milénio verifica-se mesmo que, de uma forma global, o peso do crédito e juros vencidos no crédito total a clientes perdeu expressão.”

Esta situação regista agora uma tendência inversa tanto no crédito concedido a particulares como a empresas.

O número de desempregados e o número de insolvências crescem de dia para dia, atingindo-se hoje situações preocupantes no que toca à gestão de crédito por parte das instituições financeiras.

A Associação Nacional de Jovens Empresários, também designada de ANJE, em parceria com o Ministério da Justiça, elaborou um estudo, denominado de “*O Perfil Dinâmico das Empresas Portuguesas*”, o qual teve por base os dados disponibilizados pelas nossas empresas nacionais ao Instituto dos Registos e do Notariado.

Com o estudo supra mencionado foi possível concluir-se que o tecido empresarial português é constituído, esmagadoramente, por micro sociedades, as quais se encontram fortemente endividadas, empregando em média três trabalhadores.

De acordo com as empresas que declararam os seus rendimentos, no ano de 2008, actualmente existem em Portugal 355.458 empresas, das quais 236.872 são micro empresas, 39.628 consubstanciam pequenas empresas, 6.305 são médias empresas e somente 831 empresas conseguem atingir a dimensão exigida para as grandes empresas.

A acrescer ao reduzido número de empresas nacionais, estas encontram-se gravemente endividadas. Por um lado, as empresas nacionais dispõem de capitais próprios muito reduzidos, o que causa a inerente dependência de capitais alheios, provenientes do sistema financeiro e, por outro, assistimos à constante desvalorização do capital social das empresas, que assim perdem liquidez, agravando os seus problemas de tesouraria.

A mero título exemplificativo do que se deixa dito, 31 empresas do total das consideradas grandes empresas possuem um capital social inferior a € 25.000,00, enquanto somente 11,31% das 831 designadas grandes empresas têm um capital social superior a € 100.000,00.

Nesta sequência, e para reforçar a posição de fragilidade dos capitais próprios das nossas empresas, importa referir que do total das empresas nacionais, 68.872 empresas não só não têm qualquer valor de capitais próprios como apresenta um saldo negativo de 9,6 mil milhões de euros. Ao invés, 153.647 das empresas portuguesas, têm um capital social de somente € 5.000,00 e 215.386 das nossas empresas, têm um capital social inferior a € 25.000,00.

Até aos primeiros nove meses de 2010, foi possível registar que 3039 empresas optaram por se apresentarem à insolvência. Um aumento de 9,63% comparativamente com o ano de 2009 e de 51% em relação a idêntico período do ano de 2008, segundo os números do Instituto Informador Comercial.

À semelhança do ocorrido em 2009, foi no distrito do Porto que se verificou o maior número de falências, com o registo de 774 insolvências até final de Setembro, mais de 4,88% do que no ano de 2009. Seguindo-se os distritos de Lisboa, com um

registo de 595 insolvências, Braga com 444, Aveiro com 260 e Setúbal com 122. Ora, dos dezoito distritos e duas regiões autónomas portuguesas, somente em seis distritos houve um registo de redução dos processos de insolvência, designadamente em Braga, Bragança, Castelo Branco, Leiria, Madeira e a líder Guarda, onde faliram 14 empresas nos primeiros nove meses do ano, metade das que fecharam portas em 2009.

Dos dados do Instituto Informador Comercial ainda nos é possível retirar que o aumento das insolvências é particularmente grave nos distritos de Faro – com um registo de 76 processos em 2010, mais 65,22% comparativamente com o ano de 2009 – atento às dificuldades que a indústria hotelaria atravessa e ainda no distrito de Portalegre, onde, até Setembro de 2010 já 21 empresas tinham iniciado o processo de insolvência, ou seja, mais 61,54% do que em 2009.

No que concerne ao Norte Alentejano, os estabelecimentos comerciais e empresas estão a encerrar devido à deslocalização e agravamento da crise que Portugal enfrenta, colocando mais de 3108 trabalhadores em dificuldades.

Os processos de insolvência verificados afectam unidades industriais como a indústria automóvel, corticeira e extracção de granitos. Não obstante, é no comércio por grosso que se encontra o maior número de empresas que se apresentaram à insolvência – até Setembro de 2010 eram 408 empresas, menos nove que no ano transacto. Todavia, a promoção imobiliária e a construção são sectores onde esta realidade se tem agravado de forma mais acentuada e marcante, com a abertura de 394 processos, mais 41,22% que em 2009, seguindo-se o comércio a retalho com 342 insolvências, a indústria do vestuário com 244 processos de insolvência e a área da restauração, com 11 processos.

Os maiores aumentos percentuais, face ao ano transacto de 2009, ocorreram nas áreas dos serviços financeiros, investigação científica, electricidade e gás, alojamento e reparação de máquinas. O sector agrícola não dá sinais de recuperação, onde, em bom rigor, os processos de insolvência triplicaram.

Ao invés, entre os fabricantes de produtos farmacêuticos, informática, seguros e serviços relacionados com a indústria extractiva não foram verificadas apresentações à insolvência.

Como se verifica, tendo em conta a evolução recente do tecido empresarial português é essencial que as instituições financeiras se foquem na gestão de crédito e apliquem os princípios regidos por Basileia.

1.2 OBJECTIVOS

O presente trabalho foi desenvolvido com dois objectivos principais: sendo que o primeiro pretende evidenciar como os bancos portugueses estão a aplicar a liberdade concedida por Basileia II no calculo do *rating* interno, mais concretamente em como os critérios qualitativos de análise de risco de crédito estão a ser utilizados pela Banca em Portugal no cálculo do seu *rating* interno e o segundo tentar entender como esta aplicação dos critérios qualitativos de análise de risco de crédito no *rating* interno dos bancos poderá impactar o acesso ao crédito por parte das empresas portuguesas, nomeadamente as PME.

Para atingir os objectivos pretendidos foi utilizado o método do estudo de casos exploratório, sendo que para o desenvolvimento do mesmo a recolha de dados foi feita com base em entrevistas guiadas por um inquérito.

O estudo será desenvolvido individualmente para cada uma das instituições, sendo depois efectuada uma análise cruzada de casos.

1.3 PLANO DE APRESENTAÇÃO

A dissertação encontra-se dividida em cinco capítulos, sendo o primeiro, um capítulo de apresentação do tema e indicação dos objectivos a atingir, com uma pequena

introdução ao trabalho e ao enquadramento do tema na realidade bancária nacional e internacional.

O segundo capítulo diz respeito a uma revisão da literatura onde se pretende, ainda que sucintamente, explorar os pontos-chave de Basileia II com base em opiniões e interpretações de diversos autores. O ponto principal do capítulo focar-se-á na explicação dos diferentes métodos de *rating* disponibilizados por Basileia II para que seja consolidada a base teórica do estudo a desenvolver.

No terceiro capítulo será apresentada a metodologia utilizada para o estudo referido, sendo definida a amostra, identificadas as variáveis e explicada a forma como foram concebidos os questionários utilizados como guiões das entrevistas.

O quarto capítulo será dedicado à análise e discussão dos resultados onde será feita a discussão de cada caso, em separado, e posteriormente uma análise cruzada dos casos em estudo.

O quinto capítulo ficará reservado para as conclusões que irão conter, os principais resultados, as limitações do estudo e contribuições.

2. REVISÃO DA LITERATURA

No desenvolvimento deste capítulo o pretendido é explicitar as linhas principais e Basileia II, quais as falhas detectadas que criaram a necessidade de um novo acordo e quais os objectivos da implementação de Basileia II.

Tendo presente os objectivos do trabalho, ou seja, evidenciar como os bancos portugueses estão a aplicar a liberdade concedida por Basileia II no cálculo do *rating* interno, mais concretamente em como os critérios qualitativos de análise de risco de crédito estão a ser utilizados pela Banca em Portugal no cálculo do seu *rating* interno; e tentar entender como essa aplicação dos critérios qualitativos de análise de risco de crédito no *rating* interno dos bancos poderá impactar o acesso ao crédito por parte das empresas portuguesas, nomeadamente as PME. A análise ao acordo Basileia II será, tanto mais profunda, quanto mais nos aproximarmos das considerações do acordo acerca do risco de crédito e da elaboração de *ratings* internos.

Para complementar a interpretação do Acordo recorreremos a vários autores, que nos ajudam a melhor interpretar o acordo em análise para que fiquem claras as ideias que nos propomos a transmitir e que consideramos como bases teóricas necessárias para uma melhor compreensão da presente dissertação.

2.1 ACORDO DE BASILEIA – DE BASILEIA I A BASILEIA II

Em 1988 o Comité de Supervisão Bancária de Basileia (*Basel Committee on Banking Supervision*) publicou o Acordo de Basileia, uma recomendação de enorme relevância para o sector bancário e cujo principal objectivo seria o de contribuir para uma maior solidez e um maior fortalecimento do sistema bancário internacional, contribuindo também para reduzir o desequilíbrio competitivo entre os sistemas bancários nacionais.

A principal prioridade deste acordo era o estabelecimento de níveis mínimos de solvabilidade para as instituições bancárias conseguirem fazer face ao risco de crédito em que incorrem. Era necessário que os bancos apresentassem níveis de capitais próprios num valor mínimo capaz de responder aos riscos derivados da concessão de crédito.

Foi feita uma adenda ao acordo, em 1996, onde ficou estipulado que além do risco de crédito, os capitais mínimos deviam também responder aos riscos de mercado.

A dinâmica financeira e empresarial que se sente nas últimas décadas tem, como é natural, sido acompanhada pelo sector bancário que tem evidenciado também um forte dinamismo em todos os países.

Os loucos anos 90 como lhes chamou STIGLITZ (2005), considerando-os como “a década mais próspera do mundo”, reflectiram um desenvolvimento fortíssimo do sector financeiro, com o desenvolvimento e integração dos mercados financeiros, o desenvolvimento dos sistemas de informações a encabeçarem a evolução tecnológica e a chamada globalização financeira, contribuíram em muito para o desenvolvimento abrupto do sistema bancário internacional.

Neste ambiente de uma evolução financeira constante onde se procurava a manutenção da estabilidade dos sistemas financeiros, foram surgindo iniciativas a vários níveis e de diversas entidades no sentido de se manterem actualizados os quadros regulamentares.

Depois de várias revisões intercalares no sentido de se conseguirem as referidas actualizações, o Comité de Supervisão Bancária de Basileia decide então por fazer uma revisão global do Acordo Basileia I, tendo sido publicado, em 2004, o “*International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards: A Revised Framework*”⁽¹⁾ conhecido como Acordo Basileia II ou Novo Acordo de Capital.

⁽¹⁾ Texto disponível em: <http://www.bis.org/publ/bcbs128.pdf>

2.2 ACORDO DE BASILEIA II – PRINCIPAIS CARACTERÍSTICAS

O novo acordo de Basileia mantém os mesmos principais objectivos que o acordo inicial, tendo-se sentido, contudo, uma necessidade de adaptação das prioridades e dos meios para que os objectivos sejam atingidos.

Assim a grande novidade de Basileia II está centrada na incorporação do risco operacional, depois de no Acordo de Basileia I já estar contemplado o risco de crédito e de mercado.

Na perseguição dos objectivos já definidos, de limites mínimos de capital e de diminuição do desequilíbrio competitivo entre os sistemas bancários nacionais, Basileia II apresenta alguns novos propósitos, “conforme apresentado por CAIADO E CAIADO (2008):

- Os requisitos de capital devem ser mais sensíveis ao risco, de modo a que os níveis de capital acompanhem as alterações do perfil de risco das instituições;
- O regime de adequação de Capital não deve limitar-se à fixação de rácios regulamentares mínimos, sendo igualmente relevantes a actuação das autoridades de supervisão e disciplina de mercado;
- Deve fomentar-se a difusão das melhores práticas no sistema financeiro, desenvolvendo um conjunto de incentivos que premeie a capacidade das instituições na mensuração e gestão de risco, porquanto o grau de solvabilidade de cada instituição depende em grande parte da eficiência da sua estrutura de gestão e do controlo interno.”

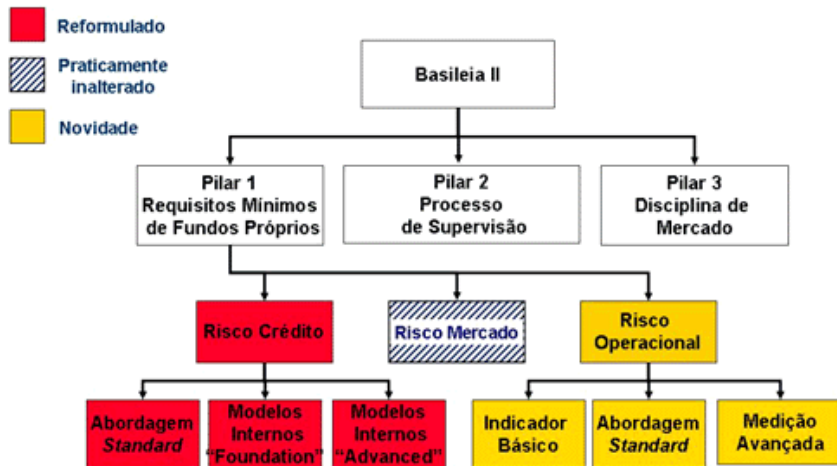
O Acordo de Basileia II surge assim como um percurso evolutivo de Basileia I.

2.3 BASILEIA II – 3 PILARES

O Acordo Basileia II propõe a definição de um novo regime prudencial subjacente a uma estrutura composta por três pilares, a saber: o I Pilar, relativo à determinação de requisitos mínimos de fundos próprios para cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacional; o II Pilar, relativo ao processo de supervisão; e III Pilar é relativo à prestação de informação sobre a situação financeira e a solvabilidade das instituições.

Figura 2-1

Os 3 Pilares de Basileia II



Fonte: IAPMedia newsletter nº 10

Por conseguinte e face às alterações decorrentes, destaca-se o incentivo à aproximação dos requisitos de fundos próprios ao risco, passando a reconhecer-se, para efeitos regulamentares e desde que cumpridas determinadas condições, os sistemas de gestão e as medidas de risco das instituições e a autonomização do risco operacional.

Porém, a discussão sobre a adequação deste novo modelo aos objectivos propostos deverá ser sempre orientada tendo em consideração que não deixa de ser reconhecido que este desenvolvimento tem eminentes virtudes, fundamentalmente relacionadas com o facto de proporcionar a cada instituição bancária uma visão mais

clara e melhor definida da respectiva posição individualizada do risco, tendo servido e continuando a servir para tornar os bancos mais conscientes da análise de risco.

Todavia, “the problem is that the purpose of regulation should be to contain the systemic risk, the possibility of contagion, the externalities of the system as a whole, not so much to make each individual bank address risk more sensibly. The systemic problem is that the action of each individual bank impinges on all other banks” ⁽²⁾.

Evidentemente que a busca pelo ponto de equilíbrio adequado entre as virtualidades e os constrangimentos supra identificados, irá constituir uma das futuras preocupações das autoridades de regulação e de supervisão.

Os princípios de Basileia II surgem assim numa tentativa de ligação entre o risco e a rendibilidade do mercado de crédito. “CARVALHO (2009) Através da comparação entre a RAROC (utilizando a VaR como denominador) e o custo do capital utilizado nas operações de crédito, tais princípios permitem identificar o fio condutor do desempenho da entidade com as operações de crédito”.

“Como explicam CAIADO E CAIADO (2008) Genericamente o Novo Acordo Basileia II encontra-se estruturado em 3 pilares os quais reforçam as sinergias entre controlos internos e externos das instituições sujeitas às determinações deste acordo”.

Os 3 pilares de Basileia II são assim definidos por CAIADO E CAIADO (2008):

“Pilar 1 – Este pilar tem em vista responder à dimensão de capital necessário para cobrir os riscos de crédito, de mercado e operacional, estabelecendo a forma de cálculo dos fundos próprios mínimos, ou de capital mínimo, e as várias opções de determinação daqueles riscos.

⁽²⁾ Ferreira *apud* CAE GOODHART, the regulatory response to the financial crisis, Journal of Financial Stability 4, 2008, p.356

(...) Com este pilar espera-se uma maior sensibilidade dos requisitos para fazer face aos riscos de crédito, de mercado e operacional efectivos, além de que passará a ser possível validar a capacidade das instituições utilizarem metodologias próprias para a determinação das exigências de capital.

Pilar 2 – Este pilar visa reforçar o processo de supervisão quanto à adequação de capital nas instituições, o que exige a convergência de políticas e práticas de supervisão.

(...) Espera-se que com este pilar as instituições mobilizem mais recursos para identificar e analisar os riscos que enfrentam, procurem medir com maior precisão o impacto de perdas potenciais subjacentes a estes riscos e recorram a instrumentos de mitigação dos riscos em que incorrem, o que à partida poderá contribuir para a obtenção de melhores performances.

Pilar 3 – O objectivo do terceiro pilar é estimular uma maior disciplina de mercado através do aumento da transparência das instituições sujeitas ao Basileia II (...).

(...) Com o Pilar 3, que preconiza a suficiência e a consistência na divulgação de informação nos diferentes mercados, de modo a promover a confiança e a credibilidade do sistema financeiro, espera-se que os participantes no mercado passem a dispor de informação que lhes permita ajuizar das práticas de gestão das instituições em função da respectiva solidez, através da influência que podem exercer, mormente no domínio da capacidade de endividamento e dos respectivos custos e da valorização do seu capital.”

2.4 BASILEIA II – RISCO DE CRÉDITO

No que respeita ao risco de crédito o instrumento considerado central pelo Acordo Basileia II é o *rating*.

Neste contexto o acordo define o risco de crédito como *Probability of Default*, sendo *Default* definido da seguinte forma:

“A default it’s considered to have occurred with regard to a particular obligor when either or both of the two following events have taken place.

- The bank considers that the obligor is unlikely to pay its credit obligations to the banking group in full (...)*
- The obligor is past due more than 90 days on any material credit obligation to the bank group(...).”*

Esta definição pretende dar ao risco de crédito uma dimensão estatística e quantificável para que o banco possa ajustar os seus activos de risco que vão implicar no nível mínimo de fundos próprios necessário.

Como já referido, o pilar I do Acordo Basileia II determina um nível mínimo de fundos próprios, que não deve ser inferior a 8% e é definido por:

$$\text{Solvabilidade} = \frac{\text{Fundos Próprios}}{\text{Activos de Risco}}$$

Em sequência é definido que “para cada devedor e seus garantes deverá ser atribuído um *rating*”.

É importante estabelecer uma definição de *rating* que pode ser dada como uma avaliação da credibilidade de um devedor, representa a capacidade que um devedor cumprir com as suas responsabilidades atempadamente e na íntegra. A definição de *rating* está assim intimamente ligada com as definições de Risco de Crédito e de *Probability of Default*.

Quando falamos de Basileia II e de *ratings* associados aos requisitos mínimos de capital, devemos ter presente que estamos a referir-nos aos *ratings* internos:

- ratings* internos são atribuídos pelos bancos aos seus mutuários. São os *ratings* que interessam directamente às empresas e que servem de base ao estudo a desenvolver nesta dissertação

- *ratings* externos são emitidos por agências de *rating*, normalmente só são procurados por empresas de grande dimensão que tenham títulos no mercado de capitais.

Considerando a independência de gestão e especificidades de cada instituição e mercado, o comité deixa à escolha dos bancos 3 opções para o cálculo e atribuição de *ratings* internos:

- Método *Standard*:

Neste método os ponderadores variam com o *rating* atribuído pelas agências de *rating* reconhecidas pelas autoridades de supervisão.

Para efeitos de cálculo de limites mínimos de capital, são atribuídos os seguintes ponderadores de risco, aplicáveis às entidades soberanas, aos bancos e às empresas não financeiras:

Tabela 2-1

Tabela de ponderadores de risco

Rating	Tabela/BP	Soberanos	Bancos	ENF
AAA a AA	1	0%	20%	20%
A+ a A-	2	20%	50%	50%
BBB+ a BBB-	3	50%	100%	100%
BB+ a BB-	4	100%	100%	100%
B+ a B-	5	100%	100%	150%
Inferior a B-	6	150%	150%	150%

Fonte: Caiado e Caiado (2008), Gestão de Instituições Financeiras, Edições Silabo

Já para outras modalidades de crédito os ponderadores são mais variáveis e definidos pelos avisos e instruções do Banco de Portugal.

Este é o método onde o cunho dos bancos é inferior sendo por isso, na maior parte das vezes preterido, tendo sido mais utilizado numa fase inicial de adaptação ao acordo, estando agora a cair em desuso.

- Método IRB *Foundation*:

Este é o primeiro dos métodos dos *ratings* internos de análise do risco de crédito.

“Como explicam Caiado e Caiado (2008), com o método dos *ratings* internos, o comité de Basileia propõe-se a atingir 2 grandes objectivos:

- A utilização de modelos de avaliação do risco de crédito permite a determinação dos requisitos de fundos próprios mais consentâneos com a perda potencial que poderá ocorrer nos activos da instituição.

- O incentivo à utilização de modelos mais avançados motivará as instituições a prosseguirem as suas práticas internas de gestão de risco.

Para este método os modelos internos de atribuição de *rating* devem ser aprovados pela autoridade de supervisão, sendo a probabilidade de incumprimento calculada pelas respectivas instituições com base nos seus dados históricos, sendo os restantes parâmetros de risco determinados pelo regulador.

Assim, cada vez que um banco atribui uma notação de *rating* a um seu cliente, está a assumir uma perda potencial sendo esta “*probability of default*” o principal ponderador para o cálculo dos requisitos mínimos de capital.

- Método IRB *Advanced*:

Neste método todos os parâmetros para a atribuição de *rating* são calculados pelo banco e definidos por Basileia II como:

Default – incumprimento.

Probability of default – probabilidade de incumprimento por parte de um devedor durante o prazo de um ano.

Loss given default – perda esperada em caso de incumprimento.

Exposure at default – montante total da exposição no momento do incumprimento.

Maturity – maturidade do crédito concedido.

Para a aplicação dos métodos IRB, Basileia II define cinco grandes classes para a segmentação da carteira de activos:

- *Corporate* – Empresas com elevados níveis de exposição creditícia junto da instituição (superior a 1 milhão de euros) ou com empréstimos especiais definidos em sub-classes:

1. *Project finance* – normalmente para grandes e complexos investimentos;
2. *Object finance* – para investimento em activos físicos de grande valor;
3. *Commodities finance* – por exemplo petróleo, metais, etc...;
4. *Real estate* – investimento em terrenos e edifícios.

- *Sovereign* – administrações centrais, bancos centrais e bancos de desenvolvimento.

- *Banks* – Bancos, instituições de crédito e companhias de seguros.

- *Retail* – pequenos negócios, definidos nas seguintes sub-classes:

1. *Exposures to individuals* – créditos renováveis, créditos pessoais e leasings;
2. *Residential mortgage loans* – crédito hipotecário residencial;
3. *Loans to small businesses* – créditos a empresas onde a exposição global do banco seja inferior a 1 milhão de euros.

Basileia II define que para a classe de *Retail*, para o cálculo dos requisitos mínimos de capital, não deve ser contemplado o *rating* por cliente, mas antes para uma

pool de clientes. No entanto o comité não deixa de considerar a existência de diferentes características de risco para cada uma das segmentação da classe de *Retail*, pelo que esse facto deve ser tido em conta pelos bancos.

Existem inúmeras descrições para o que é o risco de crédito, sendo que pela pesquisa empreendida a que consideramos mais completa é a definição de “Bhatia (2006) risco de crédito é o risco de perdas decorrentes da incapacidade de um devedor ou contraparte cumprir as suas obrigações dentro dos termos acordados, ou uma diminuição no valor dos activos devido a uma diminuição na qualidade de crédito do devedor, contraparte, garante ou de um activo que sirva de suporte a um financiamento. Portanto, risco de crédito é a possibilidade de existir uma perda de crédito.”

O acordo funciona como um guia para as instituições e defende que “*A bank must have specific Rating definitions, processes and criteria for assigning exposures to grades within a Rating system. The Rating definitions and the criteria must be both plausible and intuitive and must result in a meaningful differentiation of risk (...)*” o que se compreende quando consideramos que o risco de crédito deve ser ponderado de acordo com cada empresa e com cada mercado e, quando olhamos para a instituição financeira, que deverá ter condições para actuar em concorrência com os seus pares, definindo assim de forma interna o seu posicionamento face ao risco, sendo apenas guiada pela directiva de Basileia II.

3. METODOLOGIA

Nesta fase do trabalho o que se pretende é apresentar a metodologia que utilizamos para atingir os objectivos da presente dissertação, os quais consistem em:

- Evidenciar como os bancos portugueses estão a aplicar a liberdade concedida por Basileia II no cálculo do *rating* interno, mais concretamente em como os critérios qualitativos de análise de risco de crédito estão a ser utilizados pela Banca em Portugal no cálculo do seu *rating* interno
- Tentar entender como essa aplicação dos critérios qualitativos de análise de risco de crédito no *rating* interno dos bancos poderá impactar o acesso ao crédito por parte das empresas portuguesas, nomeadamente as PME.

Neste capítulo tentaremos demonstrar e justificar as opções escolhidas para abordar o estudo como o instrumento de recolha de dados, a forma como foi elaborado o instrumento de recolha de dados, as variáveis em estudo e indicar as limitações da análise de dados.

Para o desenvolvimento do referido estudo a opção para a análise de dados recaiu sobre o método dos estudos de caso exploratório.

3.1 MÉTODO DO ESTUDO DE CASO

Há, classicamente, nos métodos de estudo científicos duas abordagens distintas, sendo uma qualitativa e a outra quantitativa.

A abordagem quantitativa está muito voltada para a quantificação de dados e é sobretudo utilizada em pesquisas descritivas. Já a abordagem qualitativa é geralmente aplicada para as ciências sociais.

Existem variadíssimos temas e objectos que podem servir de base para estudos de caso qualitativos, no entanto existe um confronto de ideias entre qual a melhor abordagem e para que estudo, existem defensores da abordagem quantitativa que afirmam que esta “oferece maiores oportunidades para a explicação e generalização dos resultados (DENZIN e LINCOLN, 2000)” no entanto há opiniões contrárias e que consideram a abordagem qualitativa como “descrições ricas (...) uma vez que os dados são vividos e que envolvem mais o público ao qual se apresentam o números (MILES e HUBERMAN, 1994) ”.

O importante e o factor a ter em consideração é focar a abordagem escolhida e desenvolvê-la da melhor forma possível para que se consigam atingir os resultados pretendidos.

O método do estudo de caso é dos métodos mais utilizados no que toca à abordagem qualitativa, considerado por vários autores como tendo uma grande aplicabilidade na área dos estudos organizacionais.

Segundo “(PONTE, 1994) um estudo de caso pode ser caracterizado como um estudo de uma entidade bem definida como um programa, uma instituição, um sistema educativo, uma pessoa, ou uma unidade social. Visa conhecer em profundidade o seu como e os seus porquês evidenciando a sua unidade e identidade próprias. É uma investigação que se assume como particularista, isto é, debruça-se deliberadamente sobre uma situação específica que se supõe ser única em muitos aspectos, procurando descobrir o que há nela de mais essencial e característico”.

Um estudo de caso é baseado num fenómeno específico com forte necessidade de trabalho de campo e recursos é uma abordagem difícil mas que pode gerar resultados muito proveitosos.

“Para (BENBASAT e MEAD, 1987), o estudo de caso é um método de pesquisa que investiga um fenómeno contemporâneo no seu ambiente natural,

adoptando múltiplas fontes de evidência sobre uma ou poucas entidades, sem uso de manipulação.”

(BENSABAT e MEAD, 1987) apresentam como características principais do estudo de casos as seguintes: é um fenómeno estudado no seu ambiente natural, os dados são recolhidos por diversos meios; uma ou mais entidades são analisadas; não são usadas manipulações; não há necessidade de uma prévia identificação do conjunto de variáveis dependentes e independentes; os resultados dependem fortemente da capacidade do pesquisador; podem ser feitas mudanças na abordagem do caso à medida que o mesmo é desenvolvido.

Não é obrigatório que o estudo de caso se fixe apenas num caso singular, podendo o mesmo ser alargado a estudos sobre múltiplos casos podendo depois tecer-se, justificadamente, considerações entre os casos. Nestas situações o foco insere-se normalmente em perceber as similaridades e as diferenças entre os vários casos e não numa generalização para a população.

Numa situação em que se verifica uma utilização de vários casos devem ser tidas em conta algumas questões como o critério de amostragem, devendo haver um foco não só na natureza da amostra mas também e principalmente no interesse do caso relativamente ao objecto do estudo. Outra questão a ter em conta prende-se com o facto de os casos seleccionados deverem responder às considerações teóricas necessárias ao estudo obtendo-se assim um maior nível de significância do mesmo.

Será sempre necessário ter em conta os seguintes pontos no caso de se optar por uma multiplicidade de casos³:

- Os casos escolhidos devem ser relevantes para as questões de pesquisa
- Devem permitir comparação entre eles e algum grau de generalização

³ Para maior aprofundamento desta questão, *vide*: MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael(1994) *Qualitative data analysis* . Sage Publications, Inc. p 34

- Todos os casos devem estar em consonância com a realidade
- O gasto de recursos na recolha de dados deve compensar a viabilidade dos mesmos, isto é, deve ter-se noção da viabilidade que o caso irá ter para o estudo, evitando assim o desperdício de recursos.

No estudo de caso a sua qualidade está intimamente ligada com viabilidade e fiabilidade dos dados, como indicam alguns autores, a fiabilidade de um estudo de caso prende-se com a questão: Até que ponto outros autores obteriam resultados idênticos, utilizando a mesma metodologia de investigação?

“(Yin, 1993) classifica o estudo de caso em três tipos quanto ao objectivo da pesquisa: descritivo, quando descreve o fenómeno dentro do seu contexto; exploratório, quando trata de problemas pouco conhecidos tendo como objectivo a definição de hipóteses ou preposições para pesquisas futuras e interpretativo, quando possui o intuito de explicar relações de causa efeito a partir de uma teoria.”

(Yin, 1993) afirma que “embora os três tipos possam ser claramente definidos, existe uma área de sobreposição entre eles. A escolha por um determinado tipo de estudo de caso depende principalmente da questão de pesquisa a que se procura responder”

Um ponto focado por vários dos autores já citados é o elevado cuidado que deve ter a preparação e execução do estudo de caso, de modo a que se consiga fazer face às mais variadas críticas muitas vezes levantadas a este tipo de metodologia.

A principal crítica ⁽⁴⁾ apontada pelos autores é a falta de rigor das pesquisas do estudo de caso como refere (Yin, 1993) “muitas vezes, o investigador do estudo de

⁽⁴⁾ Vide, a este propósito: YIN, Robert K. (1993) *Applications of case study research*. Sage Publications Inc

caso é descuidado e admite evidências trocadas ou enviesadas para influenciar a direcção dos resultados e das conclusões”

Outro das críticas mais apontadas é a de que o pesquisador, por se envolver de tal forma no estudo, acaba por acreditar nas suas conclusões como uma verdade absoluta não conseguindo por as mesmas em causa nem a fiabilidade dos dados utilizados.

Há ainda vários autores que consideram o facto de a amostra ser reduzida neste tipo de estudos leva a que a mesma, muitas vezes, não possa ser generalizada para populações.

Algumas medidas que podem ser utilizadas para contornar as principais críticas são também indicadas por vários autores e resumem-se nas seguintes:

- Desenvolver um plano de estudo que, à partida identifique as críticas mais comuns, de modo a que as possa identificar à medida que for avançando no seu trabalho;
- Fazer generalizações relativamente às preposições teóricas e não a populações;
- Optar por relatórios curtos e objectos de modo a que a leitura seja encorajada.

Em suma o estudo deve ser apresentado com o máximo rigor, e o seu autor não deve descartar o facto de se tratar de um estudo científico.

Assim, quando se inicia o desenvolvimento de um estudo de caso deve ter-se bem definido o plano a seguir de forma a que não sejam desperdiçados recursos, que não se cometam erros, pelo menos os já conhecidos e que se confira um grau de fiabilidade tão elevado quanto possível ao trabalho.

3.2 CONSIDERAÇÕES PRÉVIAS AO ESTUDO

Ao analisarmos o acordo Basileia II nomeadamente no que concerne ao Pilar I e mais concretamente ainda quando nos focamos no Risco de Crédito e na construção dos *ratings*, conseguimos retirar que apesar de se tratar de um acordo restritivo com fortes bases e critérios de controlo, apresenta um grau de liberdade relativamente elevado no que concerne aos inputs que as instituições podem introduzir nos seus *ratings*.

Essa liberdade está não apenas relacionada com o peso que as entidades podem dar a cada um dos critérios que pretendem introduzir no *rating*, como à possibilidade de escolha desses mesmo critérios.

Se critérios baseados em análises estatísticas da carteira e do mercado reflectem a posição da carteira e as probabilidades de cumprimento dos clientes considerando o mercado em que estes e a instituição credora estão inseridos, já critérios de análise de risco de crédito são muito mais voláteis tanto em termos dos próprios critérios em si como aos pesos atribuídos por cada instituição.

Normalmente os critérios de análise de risco de crédito que contribuem com *inputs* para o *rating* das instituições financeiras são divididos em dois grandes grupos, Critérios quantitativos e critérios qualitativos.

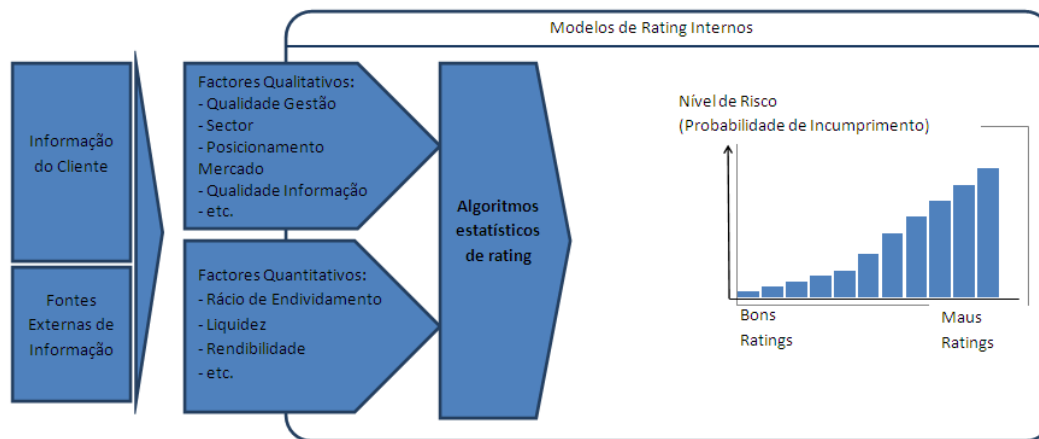
Os critérios quantitativos são, por norma, comuns a todas as instituições e baseiam-se em indicadores e rácios de análise económico-financeira das empresas clientes, sendo elevado o grau de partilha e comum a interpretação dada a cada um dos critérios, espera-se que seja também comum ou similar a ponderação dada a cada um destes critérios.

Sendo qualitativos estes critérios são então totalmente mensuráveis o que atribui a estes critérios um, especialmente, elevado grau de confidencialidade, dificultando por isso a hipótese de um estudo com a qualidade necessária e resultados significativos sobre os mesmos.

Já os critérios qualitativos apresentam uma forte conotação de volatilidade, tanto em termos de definição como em termos de grau de importância e consequente ponderação para o *rating* a calcular.

Figura 3-1

Como é Atribuído um *Rating*



Fonte: Banco Espírito Santo – Departamento de Risco Global

Pela Figura 3-1 percebemos então a importância que tanto os critérios qualitativos como quantitativos têm na atribuição do *rating*.

A compreensão deste ponto é essencial para percepção da importância do estudo desenvolvido.

Os *ratings* são atribuídos com base em inputs dos clientes e de fontes de informação externa, os critérios qualitativos são na sua maioria obtidos através de

informação do cliente e essa informação deve ser tão clara quanto possível para que a atribuição de *rating* seja justa e adequada ao perfil do cliente.

Depois de considerados os factores qualitativos e quantitativos o banco, dá os inputs de algoritmos estatísticos, dependendo do método de *rating* que está a utilizar.

Então, independentemente do método, há sempre presença de critérios qualitativos que irão em certa medida influenciar a atribuição de *rating*.

3.3 ESTRATÉGIA DE PESQUISA

Tentando a melhor abordagem para que os objectivos fossem atingidos a estratégia de pesquisa utilizada foi a experimental, tendo sido a recolha de dados feita através de entrevistas a responsáveis de instituições de crédito, tendo sido as mesmas guiadas por um inquérito.

Desta forma pretendeu-se que a interpretação dada às entrevistas não fosse deturpada pelos conceitos já adquiridos por mim, dando a contudo uma flexibilidade de resposta que um inquérito fechado não dá.

Além disso aproximou e comprometeu os entrevistados com o trabalho sendo benéfico para a obtenção de dados fidedignos.

Considerando a subjectividade do tema e a confidencialidade dos mesmos pode mostrar-se difícil a obtenção de valores para a realização de um estudo, no entanto baseado na minha experiencia profissional e tendo a sorte de trabalhar consecutivamente no departamento de risco de crédito de duas instituições financeiras que estavam a introduzir e desenvolver os seus critérios qualitativos para o seu *rating* interno, consegui obter um nível de equivalência de critérios bastante significativo.

Perante a impossibilidade de obter das instituições um detalhe de como tinham chegado aos inputs referidos e de como estes poderiam ser, ou não, partilhados pelas diferentes instituições, elaborei uma listagem de critérios onde me faria sentido que os *ratings* devessem receber como inputs.

Depois de ter a lista concluída, validei a mesma com directores e responsáveis de risco de crédito de diversas instituições financeiras tendo chegado a um nível que considero aceitável de critérios que podem ser considerados comuns nas maiores instituições de crédito do país.

Os critérios considerados para elaboração dos questionários que servira de base às entrevistas, incidem directamente sobre os critérios qualitativos de análise de risco de crédito, nomeadamente os principais critérios utilizados pela banca, a importância destes critérios para o *rating* e a forma como o *rating* influencia a concessão de crédito.

Os questionários são compostos por 11 perguntas sendo que algumas das perguntas contêm variadas alíneas tentando assim abordar-se de forma concreta os temas referidos.

Considerando a confidencialidade dos dados, não foi possível obter medidas exactas de ponderadores nem respostas exactas quanto à implicações que os critérios podem ter no *rating*, contudo criaram-se intervalos e graus de importância para que o estudo pudesse ser elaborado em consonância com os objectivos que se pretendem atingir.

O número de perguntas foi assim definido tentando com que a resposta ao questionário, e consequente entrevista, fosse o mais célere possível e não indo ao encontro de nenhum dado mais escondido com o intuito de não afastar os intervenientes do processo mas sim para que os mesmo se sentisse relativamente confortáveis nas respostas a dar.

3.4 POPULAÇÃO E AMOSTRA

São vários os autores que consideram que se deva fazer uma distinção entre o universo alvo e o universo inquirido, isto é, entre o universo total e o universo que se encontra disponível para a amostragem.

É assumido de uma forma geral que para o método de estudo de casos se deve escolher um universo pequeno para trabalhar. “Sendo referido por Hill e Hill (2002) que na abordagem qualitativa é adequado utilizar um universo mais reduzido, por exemplo inferior a 100 casos”.

Considerando a especificidade a dimensão da amostra depende fundamentalmente da disponibilidade das entidades abordadas poderem, ou não, mostrar disponibilidade de participação.

Sendo o estudo objectivo e focado na Banca em Portugal, foram enviadas Cartas com pedido de entrevista ou resposta a inquérito para vários Bancos onde se sabia, à partida que a resposta podia ser positiva, a escolha dos bancos a participar foi então centrada em dois pontos essenciais:

- Representatividade das instituições no mercado Nacional
- Facilidade de acesso a responsáveis que pudessem contribuir com a sua participação no trabalho.

Segundo o Relatório de Estabilidade Financeira Novembro de 2010 ⁽⁵⁾ do Banco de Portugal os seis maiores grupos bancários do sistema bancário português no terceiro trimestre de 2010 eram:

⁽⁵⁾ Relatório informativo publicado semestralmente (em Maio e Novembro) pelo Banco de Portugal e está disponível para consulta pública no site da instituição.

- Caixa Geral de Depósitos
- Espírito Santo Financial Group
- Millennium BCP
- Banco Português de Investimento
- Banco Santtander Totta
- Caixa Económica Montepio Geral

Figura 3-2

Balanço dos seis maiores Grupos Bancários em Portugal (Base Consolidada)

	Estrutura (em percentagem do ativo)			Taxas de variação nominal (em percentagem)				Taxas de variação trimestral (em percentagem)			
	2008	2009	2010	2009		2010		2010			
	Dez.	Dez.	Set.	Set.	Dez.	Mar.	Jun.	Set.	Mar.	Jun.	Set.
Disponibilidades e aplicações em bancos centrais	2,3	3,3	1,6	-6,8	50,5	80,1	-44,6	-23,2	-15,4	-19,4	-25,1
Disponibilidades e aplicações em outras instituições de crédito	5,2	5,6	4,4	-6,9	15,6	0,3	-16,7	-21,3	-4,3	-17,0	2,0
Títulos, derivados e participações	12,9	15,9	18,9	22,8	31,6	39,8	40,0	38,7	13,7	5,1	3,2
Crédito a clientes líquido	67,5	63,6	62,4	1,8	0,8	2,1	5,6	2,9	-0,2	3,8	-1,9
Ativos titularizados e não desreconhecidos	6,9	6,6	7,2	34,8	3,4	-8,2	-10,7	3,8	6,9	-4,3	10,5
Ativos tangíveis e intangíveis	1,1	1,0	0,9	29,9	-3,8	-0,8	0,2	-24,6	0,8	0,4	-3,3
Outros ativos	4,1	4,1	4,6	14,7	7,7	18,0	28,4	21,7	9,2	5,8	0,0
Total do ativo	100,0	100,0	100,0	6,5	7,1	8,4	6,6	5,3	2,1	1,8	-0,4
Recursos de bancos centrais	3,2	3,8	9,6	28,2	25,1	147,1	263,5	272,8	6,5	145,6	0,4
Recursos de outras instituições de crédito	7,6	7,3	7,1	-1,8	4,1	-3,1	1,5	-1,3	7,9	-2,0	-4,7
Recursos de clientes e outros empréstimos	48,1	45,1	45,9	3,2	0,3	0,8	0,5	7,6	-0,8	1,0	5,2
Responsabilidades representadas por títulos	24,2	27,4	21,4	11,5	21,4	19,0	-4,6	-18,7	3,1	-13,4	-9,4
Passivos subordinados	2,7	2,5	2,2	-1,8	-2,3	-2,4	-12,3	-10,5	-3,7	-4,3	-0,5
Outros passivos	8,2	7,0	7,0	2,0	-7,9	-7,0	-0,5	-2,9	8,9	-0,9	-4,8
Capitais próprios	6,0	6,9	6,7	22,3	23,3	26,6	7,9	3,2	3,0	-4,6	2,6
Total do passivo e capital	100,0	100,0	100,0	6,5	7,1	8,4	6,6	5,3	2,1	1,8	-0,4
<i>Por memória:</i>											
Crédito a clientes incluindo operações de titularização não desreconhecidas	75,8	71,9	71,4	4,7	1,6	1,5	4,2	3,3	0,3	3,2	-0,7

Fonte: Banco de Portugal

Destes seis grupos tínhamos facilidade de contacto com os cinco primeiros ficando decidido por aqui abordarem-se os bancos comerciais de cada um dos grupos.

Uma vez que seria difícil obter, de forma célere e sem grandes impedimentos, a informação relativa à Caixa Económica Montepio Geral, optámos por juntar à amostra outros bancos onde sabíamos à partida que haveria abertura para nos

ouvirem, fruto da minha situação profissional passada e presente, conseguiria com alguma facilidade ser recebido nos bancos:

- Banco Popular Portugal
- Banif
- Barclays Bank Portugal

Assim solicitámos a participação destas 8 entidades o que, em termos de representatividade para o estudo atingia um total, em termos de crédito concedido, de quase 300 mil milhões de euros, cerca de 77% do crédito concedido em Portugal em 2009, como se verifica pela observação da Tabela 3-1.

Tabela 3-1
Crédito concedido pelos Bancos em Portugal aos seus clientes (Bancos
Seleccionados para o estudo)

BANCOS	CREDITO S/CLIENTES	
	Valor (mil euros)	Ordem
CGD	79.627.233	1
BCP	77.348.210	2
BES	50.531.154	3
SANTANDER TOTTA, SGPS	32.905.807	4
BANCO BPI	30.485.950	5
BANIF SGPS	12.005.063	8
BARCLAYS	8.895.897	10
POPULAR	6.436.201	12
Total Requerido	298.235.515	

Fonte: Adaptado do Quadro 3 Boletim Informativo nº 45 da Associação Portuguesa de Bancos

Das cartas enviadas para pedido de participação foram obtidas respostas favoráveis de todos os Bancos, no entanto houve depois alguns recuos devido ao teor da informação a recolher o que levou a que a participação fosse inferior ao desejado.

Contudo e apesar de não se ter conseguido disponibilidade de todos os bancos para resposta a um inquérito ou para uma entrevista, conseguiu obter-se resposta de bancos com representatividade significativa no país o que permitiu assim que o

estudo fosse desenvolvido tendo em consideração a dimensão e cota de mercado das instituições que aceitaram colaborar.

Como se pode comprovar por observação da Tabela 3-2, conseguimos ainda obter uma participação de 6 dos 10 maiores Bancos em Portugal, em termos de crédito concedido, que representa 212 mil milhões de euros, ou seja, 55% do crédito concedido em Portugal durante o ano de 2009. Valor que nos levou a crer ser possível levar avante o estudo considerando-se a amostra como relevante uma vez que os restantes 45% de financiamentos concedidos se encontram distribuídos por cerca de 30 outras entidades.

Tabela 3-2

Crédito Concedido pelos Bancos em Portugal aos seus clientes durante 2009 (Bancos Participantes no estudo)

BANCOS	CREDITO S/CLIENTES	
	Valor (mil euros)	Ordem
BCP	77.348.210	2
BES	50.531.154	3
SANTANDER TOTTA, SGPS	32.905.807	4
BANCO BPI	30.485.950	5
BANIF SGPS	12.005.063	8
BARCLAYS	8.895.897	10
Total Participação	212.172.081	

Fonte: Adaptado do Quadro 3 Boletim Informativo nº 45 da Associação Portuguesa de Bancos

As Tabelas 3-1 e 3-2 que pretendem mostrar a representatividade da amostra reflectem no entanto o total de crédito concedido, englobando Empresas não Financeiras, intermediários financeiros, Companhias de Seguros e Fundos de Pensões, Sector Público e Administrativo e Particulares.

Importa então referir que em 2009 o total de crédito concedido a Empresas Não Financeiras ascendeu a 117 mil milhões de euros.

Para que os dados pudessem ter a importância necessária ao estudo bem como um nível de fiabilidade elevado, todas as entrevistas foram participadas por quadros médios e superiores das respectivas instituições.

4. ANÁLISE DOS RESULTADOS

No presente capítulo serão apresentados os dados obtidos através das entrevistas baseadas em inquéritos.

O que se pretende avaliar é a utilização dos critérios qualitativos por parte dos bancos e suas potenciais consequências na concessão de crédito.

A análise de dados recairá assim sobre cada instituição apresentando-se os dados recolhidos para cada uma delas e um pequeno resumo que relaciona os dados recolhidos com os objectivos do estudo.

Seguidamente apresenta-se uma análise cruzada, por resposta, permitindo assim fazerem-se comparações directas entre os bancos participantes.

Os serão apresentados de forma aleatória contribuindo assim para a manutenção do sigilo e confidencialidade requeridos.

4.1 CASO 1

Identificação do caso:

Instituição de Crédito Portuguesa com Elevada Representatividade no Mercado

Recolha de dados:

Os dados utilizados para o estudo foram recolhidos com base numa entrevista guiada com base num inquérito.

Previamente à entrevista foi elaborada uma lista de critérios com base em pesquisas teóricas e com input da minha experiencia profissional e de responsáveis de risco de crédito de diversas instituições financeiras.

Para este tipo de caso não houve necessidade de qualquer recolha de dados estatísticos sendo que a única estatística utilizada se focou na selecção dos critérios de maior representatividade recolhidos pela lista prévia à elaboração do questionário que serviu de guia à entrevista.

Análise de dados:

Esta instituição utiliza o método *Standard* de cálculo de *rating* de crédito, utilizando a mesma, para a obtenção do *rating* pelo método identificado, critérios qualitativos e quantitativos.

Em termos de peso total no *rating* interno, a instituição indica que os critérios qualitativos que utiliza têm uma ponderação total, variável, entre 20% e 40%.

Em termos de importância a instituição indica como muito importantes os seguintes critérios:

- Histórico da Empresa
- Qualidade da informação contabilística
- Evolução do sector de actividade
- Dependência de clientes e fornecedores
- Qualidade creditícia dos clientes
- Peso da exportação no Volume de Negócios da empresa em análise
- Governo da empresa
- Disposição dos sócios no apoio à empresa
- Sucessão da equipa de gestão
- Experiência dos principais responsáveis da empresa

Como medianamente importantes a instituição indicou os seguintes critérios:

- Concorrência da empresa
- Diferenciação do Produto/serviço
- Inovação e tecnologia
- Formação dos responsáveis da empresa

Como pouco importantes a instituição identificou apenas um critério:

- Os aspectos humanos

Dos critérios apresentados na entrevista, nenhum foi considerado como inexistente.

No aspecto que corresponde à relação do cliente com a instituição, a mesma considerou essa relação como importante na atribuição do *rating*, indicando:

- Os recursos que o cliente tem na instituição apresentam uma influência directa no *rating*
- Os recursos que os responsáveis pela empresa têm na instituição influenciam directamente o *rating*
- Utilizações incorrectas de linhas de crédito têm uma influência directa no *rating*

De um modo geral o *rating* atribuído pela instituição tem influencia na atribuição de crédito e suas condições, tendo sido indicado pela instituição que:

- Pior *rating* tem um impacto indirecto no aumento do preço do crédito;
- Pior *rating* tem um impacto indirecto na necessidade de mais colaterais;
- Pior *rating* tem um impacto directo no prazo das operações podendo levar a uma redução do mesmo;
- Pior *rating* tem influência directa na redução do montante a financiar.

É ainda referido pela empresa que um pior *rating* tem influência directa no nível de decisão da proposta de crédito.

Relativamente a como é construído o seu *rating* a instituição consultada indicou:

- Existem entre 10 a 15 escalões de *rating* interno;

- Sendo a grelha constituída por classificações alfa numéricas;
- Existem menos de 3 escalões de *rating* que implicam a recusa directa de operações de crédito.

A instituição analisada opta neste momento por utilizar o Método *Standard* de cálculo de *Rating* sendo que aos ponderadores atribuídos pelas agências de *rating* a empresa acrescenta optativamente os critérios quantitativos e qualitativos de análise de risco de crédito. Optando por não desenvolver qualquer calculo estatístico internamente.

Pela análise apurada e com um peso total variável e sempre inferior a 40% os critérios qualitativos utilizados por esta instituição podem considerar-se como não tendo um impacto significativo na atribuição de *rating*, tendo contudo uma influência mediana neste cálculo.

Além disto a importância dada pela instituição ao seu *rating* é elevada mas não absoluta, sendo considerada como mais uma ferramenta de análise de risco de crédito onde apenas 3 escalões implicam recusa automática e sendo que a grelha de *rating* do banco em análise apresenta entre 10 a 15 escalões.

De realçar que os indicadores Globais da empresa, a tendência do sector ou mercado e a relação da empresa com a instituição são os critérios qualitativos mais valorizados pela instituição analisada.

Sendo que a instituição considerou terem influencia directa no *rating* todas as considerações tecidas acerca da relação da mesma com a empresa a ser analisada.

4.2 CASO 2

Identificação do caso:

Instituição de Crédito Portuguesa com Elevada Representatividade no Mercado

Recolha de dados:

Os dados utilizados para o estudo foram recolhidos com base numa entrevista guiada com base num inquérito.

Previamente à entrevista foi elaborada uma lista de critérios com base em pesquisas teóricas e com input da minha experiencia profissional e de responsáveis de risco de crédito de diversas instituições financeiras.

Para este tipo de caso não houve necessidade de qualquer recolha de dados estatísticos sendo que a única estatística utilizada se focou na selecção dos critérios de maior representatividade recolhidos pela lista prévia à elaboração do questionário que serviu de guia à entrevista.

Análise de dados:

Esta instituição utiliza o método IRB *Foundation* de cálculo de *rating* de crédito, utilizando a mesma, para a obtenção do *rating* pelo método identificado, critérios qualitativos e quantitativos.

Em termos de peso total no *rating* interno, a instituição indica que os critérios qualitativos que utilizam têm uma ponderação total entre 20% e 40%.

Em termos de importância a instituição indica como muito importantes os seguintes critérios:

- Qualidade da informação contabilística
- Evolução do sector de actividade
- Dependência de clientes e fornecedores
- Peso da exportação no Volume de Negócios da empresa em análise.

Como medianamente importantes a instituição indicou os seguintes critérios:

- Histórico da empresa

- Qualidade Creditícia dos clientes
- Governo da empresa
- Predisposição dos sócios no apoio à empresa
- Sucessão da equipa de gestão
- Formação dos responsáveis da empresa
- Experiencia dos responsáveis da empresa

Como pouco importantes a instituição identificou:

- Diferenciação do Produto
- Peso da exportação no VN
- Inovação e tecnologia
- Os aspectos humanos

Dos critérios apresentados na entrevista, nenhum foi considerado como inexistente.

No aspecto que corresponde à relação do cliente com a instituição, a mesma considerou essa relação como de importância relativa, indicando:

- Os recursos que o cliente tem na instituição não apresentam uma influência directa no *rating*
- Os recursos que os responsáveis pela empresa não têm na instituição influenciam directamente o *rating*
- Utilizações incorrectas de linhas de crédito têm uma influência directa no *rating*.

De um modo geral o *rating* atribuído pela instituição tem influencia na atribuição de crédito e suas condições, tendo sido indicado pela instituição que:

- Pior *rating* tem um impacto directo no aumento do preço do crédito
- Pior *rating* tem um impacto indirecto na necessidade de mais colaterais
- Pior *rating* tem um impacto indirecto no prazo das operações podendo levar a uma redução do mesmo

- Pior *rating* tem influência indirecta na redução do montante a financiar.

É ainda referido pela empresa que o *rating* não tem influência directa no nível de decisão da proposta de crédito.

Relativamente a como é construído o seu *rating* a instituição consultada indicou:

- Existem entre 10 a 15 escalões de *rating* interno
- Sendo a grelha constituída por classificações numéricas
- Existem mais de 3 escalões de *rating* que implicam a recusa directa de operações de crédito.

A instituição analisada opta neste momento por utilizar o Método IRB *Foundation* de cálculo de *rating*, com o desenvolvimento do seu *rating* internamente no que respeita ao cálculo da PD. A instituição em análise dá importância aos critérios qualitativos a ponto de os colocar como ponderadores da sua grelha de *rating*, no entanto não atribui a estes critérios uma importância significativa.

Pela análise apurada e com um peso inferior a 40% os critérios qualitativos utilizados por esta instituição podem considerar-se como não tendo um impacto forte na atribuição de *rating*, tendo contudo uma influência mediana neste cálculo.

Além disto a importância dada pela instituição ao seu *rating* não é elevada, sendo considerada como mais uma ferramenta de análise de risco de crédito onde mais de 3 escalões implicam recusa automática e sendo que a grelha de *rating* do banco em análise apresenta entre 10 a 15 escalões.

Apesar disto a empresa indica que as variações de *rating* não têm impacto directo nas principais condições de atribuição de *rating*, sendo o seu impacto indirecto por análise de risco de crédito.

De realçar que os indicadores de tendência do sector ou mercado são os critérios qualitativos mais valorizados pela instituição analisada.

4.3 CASO 3

Identificação do caso:

Instituição de Crédito Portuguesa com Elevada Representatividade no Mercado

Recolha de dados:

Os dados utilizados para o estudo foram recolhidos com base numa entrevista guiada com base num inquérito.

Previamente à entrevista foi elaborada uma lista de critérios com base em pesquisas teóricas e com input da minha experiência profissional e de responsáveis de risco de crédito de diversas instituições financeiras.

Para este tipo de caso não houve necessidade de qualquer recolha de dados estatísticos sendo que a única estatística utilizada se focou na selecção dos critérios de maior representatividade recolhidos pela lista prévia à elaboração do questionário que serviu de guia à entrevista.

Análise de dados:

Esta instituição utiliza o método IRB *Foundation* de cálculo de *rating* de crédito, utilizando a mesma, para a obtenção do *rating* pelo método identificado, critérios qualitativos e quantitativos.

Em termos de peso total no *rating* interno, a instituição indica que os critérios qualitativos que utilizam têm uma ponderação total entre 20% e 40%.

Em termos de importância a instituição indica como muito importantes os seguintes critérios:

- Governo da Empresa
- Predisposição dos sócios no apoio à empresa

Como medianamente importantes a instituição indicou os seguintes critérios:

- Histórico da empresa
- Qualidade da informação contabilística
- Dependência de clientes e fornecedores
- Concorrência
- Sucessão da equipa de gestão
- Experiência dos responsáveis da empresa

Como pouco importantes a instituição identificou:

- Evolução do sector de actividade
- Qualidade creditícia dos clientes
- Diferenciação do produto
- Aspectos Humanos
- Formação dos responsáveis da empresa

Dos critérios apresentados na entrevista, foram considerados como inexistentes os seguintes:

- Peso da exportação no VN
- Inovação e tecnologia

No aspecto que corresponde à relação do cliente com a instituição, a mesma considerou essa relação como de importância relativa, indicando:

- Os recursos que o cliente tem na instituição apresentam uma influência directa no *rating*
- Os recursos que os responsáveis pela empresa têm na instituição influenciam directamente o *rating*

- Utilizações incorrectas de linhas de crédito têm uma influência directa no *rating*

De um modo geral o *rating* atribuído pela instituição tem influencia na atribuição de crédito e suas condições, tendo sido indicado pela instituição que:

- Pior *rating* tem um impacto directo no aumento do preço do crédito
- Pior *rating* tem um impacto directo nas necessidades de mais colaterais
- Pior *rating* tem um impacto indirecto no prazo das operações podendo levar a uma redução do mesmo
- Pior *rating* tem influência directa na redução do montante a financiar.

É ainda referido pela empresa que o *rating* tem influência directa no nível de decisão da proposta de crédito.

Relativamente a como é construído o seu *rating* a instituição consultada indicou:

- Existem mais de 15 escalões de *rating* interno
- Sendo a grelha constituída por classificações numéricas
- Não existem escalões de *rating* que impliquem a recusa automática de operações de crédito.

A instituição analisada opta neste momento por utilizar o Método IRB *Foundation* de cálculo de *rating*, com o desenvolvimento do seu *rating* internamente no que toca ao cálculo da PD. A instituição em análise dá importância aos critérios qualitativos a ponto de os colocar como ponderadores da sua grelha de *rating*, no entanto não atribui a estes critérios uma importância significativa.

Pela análise apurada e com um peso inferior a 40% os critérios qualitativos utilizados por esta instituição podem considerar-se como não tendo um impacto forte na atribuição de *rating*, tendo contudo uma influência mediana neste cálculo.

Além disto a importância dada pela instituição ao seu *rating* é elevada, mais que uma ferramenta para análise do risco de crédito o *rating* nesta instituição tem influência directa nas decisões de crédito em nas condições em que essas decisões são tomadas.

Além disto o facto de não existirem recusas directas leva a uma necessidade de análise a todas as propostas de crédito podendo haver assim decisões de crédito favoráveis ou desfavoráveis nos vários escalões de decisão.

De realçar que os indicadores de clima social, com excepção dos aspectos humanos, são os critérios qualitativos mais valorizados pela instituição analisada.

4.4 CASO 4

Identificação do caso:

Instituição de Crédito com Elevada Representatividade no Mercado Português.

Recolha de dados:

Os dados utilizados para o estudo foram recolhidos com base numa entrevista guiada com base num inquérito.

Previamente à entrevista foi elaborada uma lista de critérios com base em pesquisas teóricas e com input da minha experiência profissional e de responsáveis de risco de crédito de diversas instituições financeiras.

Para este tipo de caso não houve necessidade de qualquer recolha de dados estatísticos sendo que a única estatística utilizada se focou na selecção dos critérios de maior representatividade recolhidos pela lista prévia à elaboração do questionário que serviu de guia à entrevista.

Análise de dados:

Esta instituição utiliza o método *Standard* de cálculo de *rating* de crédito, utilizando a mesma, para a obtenção do *rating* pelo método identificado, critérios qualitativos e quantitativos.

Em termos de peso total no *rating* interno, a instituição indica que os critérios qualitativos que utilizam têm uma ponderação total entre 20% e 40%.

Em termos de importância a instituição indica como muito importantes os seguintes critérios:

- Histórico da Empresa
- Qualidade da informação contabilística
- Concorrência
- Diferenciação do produto
- Peso da exportação no VN
- Predisposição dos sócios no apoio à empresa
- Experiência dos responsáveis da empresa

Como medianamente importantes a instituição indicou os seguintes critérios:

- Evolução do sector de actividade
- Dependência dos clientes/fornecedores
- Qualidade creditícia dos clientes
- Inovação e tecnologia
- Governo da Empresa
- Sucessão da equipa de gestão
- Formação dos responsáveis da empresa

Como pouco importantes a instituição identificou:

- Aspectos humanos

Nenhum dos critérios apresentados na entrevista, foi considerado como inexistente.

No aspecto que corresponde à relação do cliente com a instituição, a mesma considerou essa relação como importante, indicando:

- Os recursos que o cliente tem na instituição apresentam uma influência directa no *rating*
- Os recursos que os responsáveis pela empresa têm na instituição influenciam directamente o *rating*
- Utilizações incorrectas de linhas de crédito têm uma influência directa no *rating*.

De um modo geral o *rating* atribuído pela instituição tem influencia na atribuição de crédito e suas condições, tendo sido indicado pela instituição que:

- Pior *rating* tem um impacto indirecto no aumento do preço do crédito
- Pior *rating* tem um impacto indirecto na necessidade de mais colaterais
- Pior *rating* tem um impacto indirecto no prazo das operações podendo levar a uma redução do mesmo
- Pior *rating* tem influência directa na redução do montante a financiar

É ainda referido pela empresa que o *rating* tem influência directa no nível de decisão da proposta de crédito.

Relativamente a como é construído o seu *rating* a instituição consultada indicou:

- Existem entre 10 e 15 escalões de *rating* interno
- Sendo a grelha constituída por classificações numéricas
- Não existem escalões de *rating* que impliquem a recusa automática de operações de crédito.

A instituição analisada opta neste momento por utilizar o Método IRB *Foundation* de cálculo de *rating*, com o desenvolvimento do seu *rating* internamente sob aprovação e supervisão da CMVM e do Banco de Portugal, a instituição em análise dá importância aos critérios qualitativos a ponto de os colocar como ponderadores da sua grelha de *rating*, atribuindo uma maior importância aos critérios relacionados com a informação global da empresa e com o produto/serviço e mercado da empresa.

Pela análise apurada e com um peso inferior a 40% os critérios qualitativos utilizados por esta instituição podem considerar-se como não tendo um impacto forte na atribuição de *rating*, tendo contudo uma influência mediana neste cálculo.

Além disto a importância dada pela instituição ao seu *rating* para finalidade de atribuição de crédito é relativa, sendo mais uma ferramenta para análise do risco de crédito uma vez que o *rating* nesta instituição tem influência indirecta nas decisões de crédito em nas condições em que essas decisões são tomadas.

O facto de não existirem recusas directas leva a uma necessidade de análise a todas as propostas de crédito podendo haver assim decisões de crédito favoráveis ou desfavoráveis nos vários escalões de decisão.

4.5 CASO 5

Identificação do caso:

Instituição de Crédito com Elevada Representatividade no Mercado Português.

Recolha de dados:

Os dados utilizados para o estudo foram recolhidos com base numa entrevista guiada com base num inquérito.

Previamente à entrevista foi elaborada uma lista de critérios com base em pesquisas teóricas e com input da minha experiência profissional e de responsáveis de risco de crédito de diversas instituições financeiras.

Para este tipo de caso não houve necessidade de qualquer recolha de dados estatísticos sendo que a única estatística utilizada se focou na selecção dos critérios de maior representatividade recolhidos pela lista prévia à elaboração do questionário que serviu de guia à entrevista.

Análise de dados:

Esta instituição utiliza o método IRB *Foundation* de cálculo de *rating* de crédito, utilizando a mesma, para a obtenção do *rating* pelo método identificado, critérios qualitativos e quantitativos.

Em termos de peso total no *rating* interno, a instituição indica que os critérios qualitativos que utilizam têm uma ponderação total entre 20% e 40%.

Em termos de importância a instituição indica como muito importantes os seguintes critérios:

- Histórico da empresa
- Qualidade da informação contabilística
- Governo da empresa
- Predisposição dos sócios no apoio à empresa
- Sucessão da equipa de gestão

Como medianamente importantes a instituição indicou os seguintes critérios:

- Evolução do sector de actividade
- Dependência de clientes e fornecedores
- Concorrência

- Qualidade creditícia dos clientes
- Diferenciação do produto
- Peso da exportação no VN
- Experiencia dos responsáveis da empresa
- Formação dos responsáveis da empresa

Como pouco importantes a instituição identificou:

- Inovação e tecnologia
- Aspectos humanos

Nenhum dos critérios apresentados na entrevista, foi considerado como inexistente.

No aspecto que corresponde à relação do cliente com a instituição, a mesma considerou essa relação como de importância elevada, indicando:

- Os recursos que o cliente tem na instituição apresentam uma influência directa no *rating*
- Os recursos que os responsáveis pela empresa têm na instituição influenciam directamente o *rating*
- Utilizações incorrectas de linhas de crédito têm uma influência directa no *rating*

De um modo geral o *rating* atribuído pela instituição tem influencia na atribuição de crédito e suas condições, tendo sido indicado pela instituição que:

- Pior *rating* tem um impacto directo no aumento do preço do crédito
- Pior *rating* tem um impacto directo na necessidade de mais colaterais
- Pior *rating* tem um impacto indirecto no prazo das operações podendo levar a uma redução do mesmo
- Pior *rating* tem influência indirecta na redução do montante a financiar

É ainda referido pela empresa que o *rating* tem influência directa no nível de decisão da proposta de crédito.

Relativamente a como é construído o seu *rating* a instituição consultada indicou:

- Existem mais de 15 escalões de *rating* interno
- Sendo a grelha constituída por classificações numéricas
- Existem dois escalões de *rating* que implicam a recusa automática de operações de crédito.

A instituição analisada opta neste momento por utilizar o Método IRB *Foundation* de cálculo de *rating*, com o desenvolvimento do seu *rating* internamente sob aprovação e supervisão da CMVM e do Banco de Portugal. O banco, acrescenta, após recolha da informação qualitativa junto da empresa e quantitativa junto de outras fontes de informação externas, a PD calculada por si atribuindo assim o *rating* ao seu cliente.

Pela análise apurada e com um peso inferior a 40% os critérios qualitativos utilizados por esta instituição podem considerar-se como não tendo um impacto forte na atribuição de *rating*, tendo contudo uma influência mediana neste cálculo.

Além disto a importância dada pela instituição ao seu *rating* é elevada, mais que uma ferramenta para análise do risco de crédito o *rating* nesta instituição tem influência directa nas decisões de crédito em nas condições em que essas decisões são tomadas.

O *rating* tem também peso na recusa automática de operações existindo dois escalões que levam a este tipo de decisão de crédito.

De realçar que os indicadores Globais e de Clima Social, com excepção dos aspectos humanos, são os critérios qualitativos mais valorizados pela instituição analisada.

4.6 CASO 6

Identificação do caso:

Instituição de Crédito Elevada Representatividade no Mercado Português

Recolha de dados:

Os dados utilizados para o estudo foram recolhidos com base numa entrevista guiada com base no inquérito.

Previamente à entrevista foi elaborada uma lista de critérios com base em pesquisas teóricas e com input da minha experiencia profissional e de responsáveis de risco de crédito de diversas instituições financeiras.

Para este tipo de caso não houve necessidade de qualquer recolha de dados estatísticos sendo que a única estatística utilizada se focou na selecção dos critérios de maior representatividade recolhidos pela lista prévia à elaboração do questionário que serviu de guia à entrevista.

Análise de dados:

Esta instituição utiliza o método *Standard* de cálculo de *rating* de crédito, utilizando a mesma, para a obtenção do *rating* pelo método identificado, critérios qualitativos e quantitativos.

Em termos de peso total no *rating* interno, a instituição indica que os critérios qualitativos que utilizam têm uma ponderação total entre 20% e 40%.

Em termos de importância a instituição indica como muito importantes os seguintes critérios:

- Histórico da empresa
- Qualidade da informação contabilística
- Governo da empresa
- Predisposição dos sócios no apoio à empresa

Como medianamente importantes a instituição indicou os seguintes critérios:

- Evolução do sector de actividade
- Dependência de clientes e fornecedores
- Concorrência
- Qualidade creditícia dos clientes
- Diferenciação do produto
- Peso da exportação no VN
- Sucessão da equipa de gestão

Como pouco importantes a instituição identificou:

- Inovação e tecnologia
- Aspectos humanos
- Experiência dos responsáveis da empresa
- Formação dos responsáveis da empresa.

Nenhum dos critérios apresentados na entrevista, foi considerado como inexistente.

No aspecto que corresponde à relação do cliente com a instituição, a mesma considerou essa relação como de importância elevada, indicando:

- Os recursos que o cliente tem na instituição apresentam uma influência directa no *rating*

- Os recursos que os responsáveis pela empresa têm na instituição influenciam directamente o *rating*
- Utilizações incorrectas de linhas de crédito têm uma influência directa no *rating*

De um modo geral o *rating* atribuído pela instituição tem influencia na atribuição de crédito e suas condições, tendo sido indicado pela instituição que:

- Pior *rating* tem um impacto directo no aumento do preço do crédito
- Pior *rating* tem um impacto indirecto na necessidade de mais colaterais
- Pior *rating* tem um impacto indirecto no prazo das operações podendo levar a uma redução do mesmo
- Pior *rating* tem influência indirecta na redução do montante a financiar

É ainda referido pela empresa que o *rating* tem influência indirecta no nível de decisão da proposta de crédito.

Relativamente a como é construído o seu *rating* a instituição consultada indicou:

- Existem mais de 15 escalões de *rating* interno
- Sendo a grelha constituída por classificações numéricas
- Existem dois escalões de *rating* que implicam a recusa automática de operações de crédito.

A instituição analisada opta neste momento por utilizar o Método *Standard* de cálculo de *rating*, no entanto está numa fase avançada de estudo a passagem para o método IRB *Foundation*, assim após receber os inputs da empresa e de outras forças de informação externa o Banco junta o cálculo interno da PD para a atribuição de *rating*.

Pela análise apurada e com um peso inferior a 40% os critérios qualitativos utilizados por esta instituição podem considerar-se como não tendo um impacto forte na atribuição de *rating*, tendo contudo uma influência mediana neste cálculo.

Além disto a importância dada pela instituição ao seu *rating* é elevada, mais que uma ferramenta para análise do risco de crédito o *rating* nesta instituição tem influência directa nas decisões de crédito e indirecta nas condições em que essas decisões são tomadas.

O *rating* tem também peso na recusa automática de operações existindo dois escalões que levam a este tipo de decisão de crédito.

De realçar que os indicadores Globais e de Clima Social, com excepção dos aspectos humanos, são os critérios qualitativos mais valorizados pela instituição analisada.

4.7 ANÁLISE CRUZADA DE RESULTADOS

Nesta fase do capítulo o objectivo é apresentar os resultados por pergunta permitindo assim uma análise cruzada e uma comparação directa entre as entidades estudadas.

Apesar de ser um estudo qualitativo, não se prende o objectivo com a escolha do melhor ou do pior sistema de *rating* nem das melhores ou piores decisões acerca da utilização de critérios qualitativos, trata-se antes de dar a conhecer como estão os bancos a utilizar estes critérios e qual a importância que os mesmo podem ter na atribuição de crédito às pequenas e médias empresas.

1. Basileia II prevê a utilização do método *Standard* ou do método IRB (*Foundation* ou *Advanced*). Qual destes é utilizado pela Instituição que representa?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
<i>Standard</i>	X			X		X
<i>Foundation</i>		X	X		X	
<i>Advanced</i>						

Pela informação retirada pode ver-se que ainda não há uma tendência genérica no mercado quanto ao método a utilizar, nos casos específicos em estudo, três dos bancos utilizam o Método *Standard* e outros três o Método IRB *Foundation*.

Importa, contudo, referir que dois dos bancos que utilizam o Método *Standard* revelaram que se encontram já com projectos em desenvolvimento para passarem a utilizar o Método IRB *Foundation*.

2. A Instituição que representa utiliza modelo quantitativo e qualitativo na determinação do *rating*?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Qualitativo	X	X	X	X	X	X
Não Qualitativo						

Apesar dos diferentes métodos de *rating* utilizados pelos bancos, todos os bancos analisados consideram a utilização de critérios qualitativos na atribuição do *rating* interno. O que valoriza a informação fornecida directamente pelas empresas oferecendo-lhes assim a possibilidade de uma participação directa para a atribuição do seu próprio *rating*.

3. Qual o peso dos indicadores qualitativos na grelha de *rating* da Instituição que representa?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
< 20%						
>20% < 40%	X	X	X	X	X	X
>40%						

Apesar de todos apresentarem respostas no mesmo intervalo, importa referir que os bancos que utilizam o Método IRB *Foundation* colocam a percentagem fixa nos 40% e nos bancos em que o método utilizado é o *Standard* a percentagem varia então entre os 20% e os 40%.

Não obstante a possibilidade de variação, destaca-se o peso já considerável que estes indicadores apresentam o que representa uma possibilidade de influência no *rating* a atribuir

4. Indique por ordem crescente de importância, quais os indicadores qualitativos mais relevantes na grelha de *rating* da Instituição que representa.

4.1. Indicadores Globais:

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Inexistente						
Pouco Importantes						
Medianamente importantes		X	X			
Muito Importantes	X			X	X	X

4.2. Indicadores de Tendência do sector/mercado:

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Inexistente						
Pouco Importantes			X			
Medianamente importantes				X	X	X
Muito Importantes	X	X				

4.3. Indicadores de Produto e Mercado

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Inexistente						
Pouco Importantes		X	X			
Medianamente importantes	X				X	X
Muito Importantes				X		

4.4. Indicadores de Clima Social

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Inexistente						
Pouco Importantes						
Medianamente importantes		X	X	X		X
Muito Importantes	X				X	

4.5. Indicadores de capacidade de gestão

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Inexistente						
Pouco Importantes			X			X
Medianamente importantes	X	X		X	X	
Muito Importantes						

No que toca aos indicadores qualitativos relacionados directamente com a empresa, não é possível estabelecer uma relação entre as variadas decisões dos bancos, no entanto importa destacar que apenas dois dos bancos que utilizam o Método IRB *Foundation* consideram a existência de grupos de indicadores pouco importantes.

Todos estes critérios estão directamente relacionados com as empresas o que confirma a hipótese de participação activa das empresas, ao prestarem informação atempada e adequada ao solicitado podem influenciar a atribuição do *rating*.

5. Relação do Cliente com a Instituição

5.1. Os recursos da empresa na Instituição influenciam directamente o *rating*?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Sim	X		X	X	X	X
Não		X				

5.2.Os recursos dos sócios na Instituição influenciam directamente o *rating*?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Sim	X		X	X	X	X
Não		X				

5.3.Utilizações incorrectas das linhas de crédito influenciam directamente o *rating*?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Sim	X	X	X	X	X	X
Não						

Independentemente do método utilizado, todos os bancos dão uma elevada importância à relação que o cliente mantém com a instituição, tanto no que respeita à existência de recursos, como ao histórico de comportamento creditício.

A análise à relação da empresa com o banco corrobora mais uma vez a força que a empresa tem na atribuição do seu *rating* e a possibilidade desta para influenciar a atribuição do mesmo.

6. *Rating* interno atribuído às empresas tem relação directa com as condições atribuídas a cada operação de crédito? Nomeadamente:

6.1.Pior *rating* implica preço mais elevado?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Directamente		X	X		X	X
Indirectamente	X			X		
Nunca						

6.2. *Pior rating* implica necessidade de mais colaterais?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Directamente			X		X	
Indirectamente	X	X		X		X
Nunca						

6.3. *Pior rating* implica redução do prazo das operações?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Directamente						
Indirectamente	X	X	X	X	X	X
Nunca						

6.4. *Pior rating* implica redução de montante a financiar?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Directamente	X		X	X		
Indirectamente		X			X	X
Nunca						

Para todas as instituições estudadas o *rating* que atribuem aos clientes é considerado importante para as decisões de crédito, com influencia maioritariamente indirecta nas condições de financiamento.

O foco deve ser dado na importância que cada vez mais, e com o impulso de Basileia II, os bancos estão a dar ao *rating* sendo este mais que uma ferramenta de cálculo de capitais mínimos, a base para as decisões de crédito e condições em que estas são tomadas.

7. *Rating* tem influência directa no nível de decisão?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Sim	X		X	X	X	
Não		X				X

A nível de escalões de decisão de crédito não existe, também, uma homogeneidade nas políticas de crédito dos diferentes bancos apesar de na maior parte dos casos estudados o *rating* ser considerado como factor de influência directa no nível de decisão.

Este facto realça uma vez mais a importância que os bancos dão a este factor.

8. Quantos escalões de *rating* existem na tabela da Instituição que representa?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
>10						
>10 < 15	X	X		X		
>15			X		X	X

Os escalões de *rating* das instituições consultadas são extensos de forma a abrangerem um número adequado de situações e de forma a quês as classificações possam transmitir de forma fidedigna a situação dos clientes que se encontram em cada escalão.

Permite também estabelecer um relacionamento correcto entre as empresas com determinada classificação.

9. Os escalões de *rating* da Instituição que representa são numéricos ou algébricos?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Numéricos		X	X	X	X	X
Algébricos	X					
Mistos						

Esta resposta mostra uma tendência da Banca nacional para os *ratings* numéricos sendo vantajoso quando é necessário fazer comparações entre os vários escalões de *rating* das instituições e também facilitador em termos de gestão de crédito, sendo este último o principal motivo apresentado pelas instituições para esta escolha.

10. Existem escalões de *rating* que impliquem recusa automática de operações?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
Sim	X				X	X
Não		X	X	X		

A importância dada ao *rating* interno é mais uma vez reflectida nesta pergunta, onde metade dos bancos estudados afirmam ter escalões de *rating* com recusa automática. Além de facilitar e agilizar a gestão de crédito, dá uma indicação clara de qual o tipo de clientes com quem estas instituições não estão dispostas a trabalhar.

11. Quantos escalões implicam recusa automática de operações?

	Caso 1	Caso 2	Caso 3	Caso 4	Caso 5	Caso 6
>3						
<3		X			X	X

Dos bancos que dizem ter escalões automáticos de recusa, todos afirmaram ter menos de três escalões, não tendo sido possível recolher o exacto número de escalões de recusa automática para nenhuma das instituições.

5. CONCLUSÕES E POSSÍVEIS PREPOSIÇÕES PARA ESTUDOS POSTERIORES

O estudo desenvolvido e cujos resultados foram apresentados nos pontos anteriores deste capítulo tinha como objectivo avaliar de que forma a Banca Portuguesa está a utilizar os critérios qualitativos na atribuição de *rating* e a forma como estes podem influenciar o acesso ao crédito por parte das pequenas e médias empresas.

Neste ponto pretendem-se tecer as principais conclusões face aos resultados obtidos e acerca de possíveis implicações de carácter micro e macro económico.

Pretende-se ainda dar a conhecer as possíveis contribuições do estudo e as limitações do mesmo.

5.1 SÍNTESE DOS PRINCIPAIS RESULTADOS

Pelo estudo efectuado pode considerar-se que os principais bancos com actividade em Portugal estão a considerar a ponderação de critérios qualitativos na atribuição de *rating*.

Esta utilização é geral independentemente do método de *rating* utilizado seja ele *Standard* ou *IRB Foundation*, sendo que nenhum dos bancos analisados utiliza o método *IRB Advanced*.

Importa referir que a não utilização do Método *IRB advanced* foi justificada, na maior parte dos casos pelos elevados custos que acarreta.

Com ponderações entre 20% a 40% pode considerar-se que os critérios qualitativos apresentam uma influência no *rating* já com algum significado.

Os critérios utilizados são no entanto de importância bastante variável entre as instituições, não havendo qualquer padrão, nem relação com o método de *rating* utilizado.

No entanto destaca-se o facto de os Bancos que utilizam o método IRB *Foundation* dão uma importância superior à relação da empresa com o banco e os bancos que utilizam o método *Standard*, dão uma importância a esta relação igual ou inferior à importância que atribuem aos restantes critérios qualitativos.

Os critérios que consideramos como globais, onde estão inseridos o histórico da empresa e a qualidade da informação contabilística foram considerados como os mais importantes, sendo que todos os bancos que utilizam o método *Standard* os consideram como muito importantes e consequentemente com peso elevado no *rating* e os bancos que utilizam o método IRB *Foundation* consideraram os mesmos critérios como medianamente e muito importantes.

Importa contudo realçar na sequência do explicado nos dois parágrafos anteriores que dois dos bancos cujo método de *rating* é o IRB *Foundation* não consideraram nenhum dos grupos de critérios como muito importantes, tendo, contudo considerado alguns critérios individualmente, dentro de cada grupo como muito importantes.

Não houve, a nível individual, nenhum critério que fosse considerado por todos os bancos analisados como muito importante, sendo contudo os critérios mais vezes considerados como muito importantes a qualidade da informação contabilística e o governo da empresa.

Ainda assim os critérios individuais que foram pelo menos uma vez considerados como muito importantes são os seguintes:

- Histórico da Empresa
- Qualidade da informação contabilística
- Evolução do sector de actividade

- Dependência de clientes e fornecedores
- Qualidade creditícia dos clientes
- Peso da exportação no Volume de Negócios
- Governo da empresa
- Predisposição dos sócios no apoio à empresa
- Sucessão da equipa de gestão
- Experiencia dos principais responsáveis da empresa
- Peso da exportação no Volume de Negócios da empresa em análise
- Concorrência
- Diferenciação do produto

Por fim deve ser ainda referido que dois, dos três bancos que estão a utilizar neste momento o método *Standard* de atribuição de *rating*, estão neste momento a desenvolver estudos e projectos para a implementação a curto/médio prazo do método IRB *Foundation*, não sendo de esperar que o método IRB *Advanced* seja utilizado pelos Bancos Portugueses.

5.2 IMPLICAÇÕES DIRECTAS NOS BANCOS

Constata-se após a avaliação dos resultados que não existe ainda uma implementação profunda nem se considera ainda, em Portugal, uma vantagem competitiva a utilização dos métodos de *rating* interno, que permitem no mínimo o cálculo interno da *Probability of Default*, conforme explicado no capítulo de revisão da literatura.

Este é um ponto que tende a alterar-se a médio prazo e onde se espera sejam obtidas vantagens para os bancos portugueses, uma vez que um maior desenvolvimento da gestão de risco de crédito leva a um menor consumo de capital e a adequação da *Probability of Default* a cada banco é sem dúvida um reflexo disso, principalmente no que respeita aos bancos com maior quota de mercado.

Na sequência de estudos desenvolvidos por várias empresas internacionais, onde é referido que a maior parte dos gastos com Basileia II é directamente relacionada com implementação de sistemas tecnológicos de gestão de risco de crédito e face à dimensão do mercado português, não se espera no entanto que os bancos portugueses venham a implementar o método IRB *Advanced*. Pelo apurado, neste momento a implementação deste sistema não é considerada apeteável numa óptica custo benefício.

Em consequência do estipulado por Basileia II nota-se que os *ratings* ocupam um lugar cada vez mais importante com consequências a nível interno e externo:

- Critério central da decisão de crédito
- Factor de influência nos montantes e prazos a conceder
- Determinante na solicitação de garantias
- Ponderador nos níveis de decisão

Além disso os *ratings* estão também a ser utilizados como ferramenta de monitorização constante da carteira de crédito dos bancos o que pode levar a alterações nas condições creditícias dos clientes e no limite ao cancelamento antecipado do empréstimo.

5.3 IMPLICAÇÕES DIRECTAS NAS PEQUENAS E MÉDIAS EMPRESAS

Apesar de, como já era esperado, os critérios qualitativos não serem os mais relevantes na atribuição de *rating*, o facto de estes atingirem em muitos casos os 40% de ponderação coloca-os com uma importância já significativa e com um peso relativo nas decisões de crédito.

Como verificado na apresentação dos resultados, o critério mais vezes considerado como muito importante respeita à qualidade da informação contabilística.

Este ponto é importante uma vez que a informação contabilística preenche a quase totalidade dos critérios qualitativos ou seja apesar dos critérios qualitativos apresentarem um peso elevado na atribuição do *rating*, a informação contabilística continua a ter um peso muito significativo estando presente também nos critérios qualitativos.

Um ponto onde também é dado um grande foco pelos bancos é na relação que as empresas suas clientes têm com os mesmos, desde os recursos que a empresa tem no banco, aos recursos dos sócios no banco e também ao histórico de cumprimento creditício da empresa.

Por esta análise podemos considerar que é sempre mais vantajoso que as empresas tentem financiar-se com os bancos com quem já têm relação sendo previsível, pelo estudo apresentado que consigam obter melhores condições de financiamento.

Já para as empresas *start up* ou com recente início de actividade, a vantagem poderá ser obtida junto dos bancos onde os sócios já têm relação.

É importante então que os empresários façam um acompanhamento próximo dos termos e condições dos empréstimos, que garantam o cumprimento das obrigações contratuais das suas empresas e que evitem os sinais de alerta como por exemplo os atrasos no pagamento de prestações.

Não deixa de ser uma análise subjectiva, uma vez que como vimos o peso atribuído aos critérios é na sua maioria muito variável, contudo é o mais racional que se pode atingir com base nos resultados obtidos.

Todos os bancos referiram a existência de influência directa ou indirecta dos *ratings* na atribuição do crédito e nas condições em que este é atribuído.

Com estas considerações é imperativo que os empresários tomem consciência dos pontos que são valorizados pelos bancos para que possam de forma rápida e eficaz recorrer aos financiamentos que necessitam para as suas empresas.

De forma genérica e com os resultados obtidos, o estudo mostra que os critérios qualitativos utilizados pelos Bancos Portugueses na atribuição do *rating* Interno têm influência no acesso ao crédito por parte das pequenas e médias empresas.

No entanto essa influência não pode ser mensurável dada não só a subjectividade dos critérios utilizados, como também pela impossibilidade de acesso a informação confidencial.

Considera-se contudo, e pelos resultados obtidos, que os critérios qualitativos devem ser tidos em consideração pelas empresas quando recorrem a financiamento bancário uma vez que os mesmos apresentam um impacto relevante na atribuição de *rating* pelos bancos.

No entanto fica claro que os critérios qualitativos não são o factor, considerado pelos bancos como, mais importante na atribuição de *rating* nem por si só apresentam influência suficiente para um impacto directo numa decisão de crédito.

Estes critérios são, contudo, aqueles onde a empresa poderá ter uma maior contribuição e influência. Pelo que as empresas devem estar informadas de como podem e devem prestar esta informação, beneficiando assim de condições creditícias mais justas e adequadas à sua realidade.

É importante conhecer alguns pontos-chave como:

- Qual o tipo de informação pretendida pelo Banco e qual a periodicidade
- Disponibilização atempada da informação evitando atrasos e omissões
- Enfatizar os factores qualitativos e quantitativos

Ao tomarem consciência desta prática as empresas tiram benefícios em termos de financiamento e ganham argumentos para a negociação do mesmo.

Em resumo, as empresas são desafiadas a apresentar, atempadamente mais e melhor informação de forma a contribuírem para os sistemas de gestão de risco de crédito dos bancos, mas com isto são também parte mais activa de um processo de negociação de crédito que apesar de tecnicamente mais exigente, é também mais flexível.

5.4 CONTRIBUIÇÃO

Basileia II e a determinação de capital regulamentar, que corresponde a uma percentagem de exposição ao risco são temas actuais e em constante mutação, havendo à data da conclusão deste trabalho, já traçadas as linhas principais para Basileia III.

Contudo os estudos desenvolvidos à volta desta temática serão sempre muito objectivos e centrados numa problemática específica o que se explica pela complexidade e extensão da mesma.

É também a extensão e complexidade do tema que levam a que o desenvolvimento de um estudo específico encontre barreiras ou despolete novas ideias de trabalho e novos problemas a estudar.

Num contexto de crise e de maior supervisão sobre as instituições importa conhecer como os bancos portugueses se estão a posicionar, como classificam as empresas suas clientes e quais os critérios mais importantes nessa classificação.

O impacto deste comportamento é directo para o cálculo dos requisitos mínimos de capital que é, nos dias de hoje, um dos indicadores de solvabilidade mais importantes para os bancos e um reflexo de boa saúde financeira dos mesmos.

A contribuição deste estudo tem assim duas vertentes, uma para a análise interna da posição da Banca Portuguesa face às regras de Basileia II e outra para o financiamento da economia onde se pretende expor, na medida do possível a forma como os bancos avaliam as pequenas e médias empresas suas clientes e a forma como essa análise pode dificultar ou facilitar o acesso ao crédito por parte das mesmas.

Cabe a Bancos e empresas terem a consciência do funcionamento da gestão do crédito para que melhor passam trabalhar e para que ambos possam beneficiar.

5.5 LIMITAÇÕES DO ESTUDO E CONSIDERAÇÕES PARA ESTUDOS POSTERIORES

Apesar de considerarmos atingido o objectivo do estudo desenvolvido, foram inúmeras as adversidades encontradas e muitas delas contribuem para que o estudo apresente algumas limitações, algo que já esperávamos tendo em conta o teor do estudo e da informação necessária para a elaboração do mesmo.

As principais limitações estão assim ligadas à participação dos bancos e a tipo de participação que tiveram, muitas vezes limitando a entrevista e evitando responder a outras perguntas que considerávamos pertinentes.

A opção inicial pela escolha de determinados bancos colocou também por si só uma limitação, essa imposta por nós, no entanto a representatividade obtida seria muito relevante para o estudo a desenvolver uma vez que os *players* automaticamente excluídos apresentam uma quota de mercado largamente inferior aos seleccionados.

Embora considerando as respostas obtidas como suficientes para a elaboração do estudo poder-se-ia ter obtido uma maior representatividade.

Ao elaborarmos um estudo exploratório centrado num tema interno dos bancos mas com implicações directas nas empresas foi necessário centrarmo-nos num

ponto específico tentando assim obter uma colaboração mais assertiva por parte das instituições entrevistadas.

No entanto e de forma a colmatar algumas dessas limitações cabe-nos apresentar algumas considerações para estudos posteriores que poderão complementar ou mesmo alargar o âmbito do estudo agora apresentado.

Neste sentido seria de interesse perceber mais concretamente o porquê da banca portuguesa não estar a aplicar um dos métodos internos de atribuição de *rating* e consequente comparação entre as necessidades de requisitos mínimos de capital entre os bancos que utilizam diferentes métodos de *rating*. Ou tentar perceber se os vários níveis de *rating* ou os escalões de *rating* com recusas directas permitem gestão mais eficiente do crédito e se isso tem impacto na melhoria da qualidade creditícia dos clientes destas instituições.

6. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Amaral, Mira (2007). “O Novo Acordo de Basileia II”, *IAPMedia*, (Maio), N.º 10.

Banco de Portugal, “Relatório e Contas - Gerência de 2009”, Departamento de estudos económicos, Departamento de Contabilidade e controlo

Banco de Portugal, “Relatório e Contas – Gerência de 2003”, Departamento de estudos económicos, Departamento de Contabilidade e controlo

Banco de Portugal, “Relatório de Estabilidade Financeira”. Novembro de 2010

Beja, Rui (2004), *Risk Management*, Áreas Editora

BENBASAT, I., GOLDSTEIN, D.K. and MEAD, M. (1987). *The Case Research Strategy in Studies of Information Systems*, MIS Quarterly.

Bhatia, Mohan (2006) *Credit Risk Management & Basel II*, Risk Books, a Division of Incisive Financial Publishing

BIS - Bank for International Settlements (2004), Basel Committee on Banking Supervision, International Convergence of Capital Measurement and Capital Standards – A Revised Framework, (June).

Caíado, Anibal; Caiado, Jorge (2008) *Gestão de Instituições Financeiras*, 2ª edição, Edições Silabo, Lisboa

DENZIN, Norman K. ; LINCOLN, Yvonna S. (2000). *Handbook of qualitative research*, Sage Publications Inc

Esteves, P. (2003) “Bancos britânicos querem adiar regras do Basileia II para 2010”, *Diário Económico – Investimento*, (08 de Agosto).

Ferreira, António (2009), *O Governo das Sociedades e a Supervisão Bancária*, Quid Juris, Sociedade Editora

Hill, Manuela; Hill, Andrew (2002). *Investigação por Questionário*, 2ª Edição, Edições Sílabo, Lisboa.

How to deal with the new *Rating* culture – “A practical guide to loan financing for small and medium-sized enterprises”, European Commission, Julho 2005

Lambrecht, Marc (2005) *The Basel II Rating*, Gower Publishing Limited

McKinsey & Company, Inc., e Consulting Network S.r.l. (Comissão Europeia; “Como lidar com a nova cultura de notação de *Rating*”), Julho de 2006.

MILES, Matthew B.; HUBERMAN, A. Michael(1994), *Qualitative data analysis*, Sage Publications, Inc

Pina, Carlos (2005), *Instituições e Mercados Financeiros*, Livraria Almedina

PONTE, João Pedro (1994). “O estudo de caso na investigação em educação matemática”. Disponível em [http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte\(Quadrante-Estudo%20caso\).pdf](http://www.educ.fc.ul.pt/docentes/jponte/docs-pt/94-Ponte(Quadrante-Estudo%20caso).pdf), consultado em Dezembro de 2010

Prescott, Edward (2004). “Auditing and Bank Capital Regulation”, *Economic Quarterly* – *Federal Reserve Bank of Richmond*, vol. 90.

QIS 3 - Third Quantitative Impact Study (2003). “Review of the Capital Requirements for Credit Institutions and Investments Firms”. *European Commission*, Julho de 2006.

Standard & Poor’s, “Um Guia Sobre a Essencia dos *Ratings* de Crédito”, 2008

Viegas de Carvalho, Paulo (2009). “Fundamentos da Gestão de Crédito”, 1ª edição, Edições Silabo, Lisboa

YIN, Robert K.(1993) *Applications of case study research*. Sage Publications Inc

YIN, Robert K. (1989), *Case Study Research- Design and Methods*. Sage Publications Inc.

7. ANEXOS

ANEXO 1 - CARTA BANCOS

(SÍMBOLO DA UNIVERSIDADE)

Exmo. Sr.

Banco

Exmo. Senhor:

Na qualidade de mestrando em Finanças, do Instituto Superior de Economia e Gestão, Universidade Técnica de Lisboa, e sob orientação do Prof. Doutor Jorge Landeiro de Vaz, estou a desenvolver uma pesquisa, para o meu trabalho final de mestrado, sobre o impacto dos Critérios Qualitativos na atribuição de *Rating* Interno pelos Bancos Portugueses.

Com a entrada em vigor do novo acordo Basileia II e com os últimos acontecimentos da economia mundial, o risco de crédito aparece como um tema cada vez mais relevante no panorama financeiro internacional.

Este estudo pretende identificar como os bancos portugueses estão a implementar as linhas orientadoras de Basileia II na atribuição de *Rating* Interno, principalmente no que toca à relevância dada aos critérios qualitativos utilizados.

A sua participação nesta investigação é fundamental, pelo que seria de interesse superior a marcação de uma entrevista para resposta ao questionário em anexo, de forma clara e de acordo com praticado especificamente na Instituição que representa.

Gostaria de realçar que todas as informações que fornecer são estritamente confidenciais e utilizadas apenas para fins académicos. As respostas são apresentadas em dados agregados e nenhuns dados individuais das instituições serão apresentados, sendo referido o nome das instituições que contribuíram para o desenvolvimento do trabalho.

Caso seja seu interesse ou da sua instituição, poderei disponibilizar o trabalho para consulta após apresentação, defesa e classificação do mesmo.

Agradecendo antecipadamente a sua colaboração, coloco-me inteiramente à disposição para que me contacte para qualquer dúvida ou esclarecimento adicional:

Telefone – 917331230

Email – f.vileladasilva@gmail.com

Com os melhores cumprimentos,

Francisco Vilela da Silva

ANEXO 2 – QUESTIONÁRIO BANCOS

IMPACTO DOS CRITÉRIOS QUALITATIVOS NA ATRIBUIÇÃO DE *RATING* INTERNO PELOS BANCOS PORTUGUESES

Questionário

Respostas devem ser efectuadas assinalando com X (click) na opção pretendida (**assinale apenas uma opção por pergunta**).

1. Basileia II prevê a utilização do método *Standarddd* ou do método IRB (Foundation ou *Advanceddd*). Qual destes é utilizado pela Instituição que representa?

- ☐ *Standarddd*
- ☐ IRB Foundation
- ☐ IRB *Advanceddd*

2. A Instituição que representa utiliza modelo quantitativo e qualitativo na determinação do *Rating*?

- ☐ Sim
- ☐ Não

3. Qual o peso dos indicadores qualitativos na grelha de *Rating* da Instituição que representa?

- ☐ <20%
- ☐ >20% e <40%
- ☐ >40%

4. Indique por ordem crescente de importância, quais os indicadores qualitativos mais relevantes na grelha de *Rating* da Instituição que representa.

Escala de 0 a 3, consoante o peso de cada indicador no *Rating*, em que:

0 (Inexistente)

1 (pouco importante/pouco peso no *Rating*)

2 (medianamente importante)

3(muito importante/maior peso no *Rating*)

Nota: indicadores com o mesmo peso deverão ter a mesma classificação

	0	1	2	3
Globais:				
Histórico da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade da Informação contabilística	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Tendência do sector/mercado:				
Evolução do sector de actividade	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Dependência de clientes e fornecedores	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Qualidade creditícia dos clientes	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Produto e Mercado:				
Concorrência	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Diferenciação do produto	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Peso da exportação no VN	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Inovação e tecnologia	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Clima Social:				
Governo da empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Predisposição dos sócios no apoio à empresa	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Sucessão da equipa de gestão	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
Aspectos humanos	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

Capacidade da Gestão:

Formação

☐ ☐☐☐

Experiencia

☐ ☐☐☐

5. Relação do cliente com a Instituição:

5.1 Os recursos da empresa na Instituição influenciam directamente o *Rating*?

☐ Sim

☐ Não

5.2 Os recursos dos sócios na Instituição influenciam directamente o *Rating*?

☐ Sim

☐ Não

5.3 Utilizações incorrectas das linhas de crédito influenciam directamente o *Rating*?

☐ Sim

☐ Não

6. *Rating* interno atribuído às empresas tem relação directa com as condições atribuídas a cada operação de crédito? Nomeadamente:

6.1 Pior *Rating* implica preço mais elevado?

☐ Directamente

☐ Indirectamente

☐ Nunca

6.2 *Pior Rating* implica necessidade de mais colaterais?

- ☐ Directamente
- ☐ Indirectamente
- ☐ Nunca

6.3 *Pior Rating* implica redução do prazo das operações?

- ☐ Directamente
- ☐ Indirectamente
- ☐ Nunca

6.4 *Pior Rating* implica redução de montante a financiar?

- ☐ Directamente
- ☐ Indirectamente
- ☐ Nunca

7. *Rating* tem influência directa no nível de decisão?

- ☐ Sim
- ☐ Não

8. Quantos escalões de *Rating* existem na tabela da Instituição que representa?

- ☐ <10
- ☐ >10 e <15

☐ >15

9. Os escalões de *Rating* da Instituição que representa são numéricos ou algébricos?

☐ Numéricos

☐ Algébricos

☐ Mistos

10. Existem escalões de *Rating* que impliquem recusa automática de operações?

☐ Sim

☐ Não

11. Quantos escalões implicam recusa automática de operações?

☐ >3

☐ <3

ANEXO 3 – QUADRO 3 BOLETIM INFORMATIVO Nº 45 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE BANCOS

POSIÇÃO ORDINAL DAS
INSTITUIÇÕES BANCÁRIAS
EM 31-DEZ-09

QUADRO 3

ACTIVIDADE: CONSOLIDADA

BANCOS	ACTIVO		CRÉDITO S/CLIENTES		RECURSOS CAPTADOS		SITUAÇÃO LÍQUIDA		RESULTADO LÍQUIDO	
	Valor (mil euros)	Ordem	Valor (mil euros)	Ordem	Valor (mil euros)	Ordem	Valor (mil euros)	Ordem	Valor (mil euros)	Ordem
CGD	120.984.842	1	79.627.233	1	64.255.685	1	7.156.850	2	278.899	4
BCP	95.550.410	2	77.348.210	2	46.307.233	2	7.220.801	1	225.217	5
BES	82.297.200	3	50.531.154	3	25.446.450	3	6.938.883	3	522.114	2
BST a)	51.488.162	4	28.345.755	6	15.253.588	5	2.102.201	6	439.048	3
SANTANDER TOTTA, SGPS	48.590.430	5	32.905.807	4	15.081.297	6	3.211.573	4	523.263	1
BANCO BPI	47.449.179	6	30.485.950	5	22.617.852	4	2.302.690	5	175.034	6
MG	17.244.767	7	15.176.295	7	9.180.858	8	986.214	9	44.476	10
BARCLAYS	16.978.415	8	8.895.897	10	3.605.162	11	74.838	26	14.747	14
BANIF SGPS	14.442.205	9	12.005.063	8	6.801.474	9	1.179.926	7	54.075	7
CCCAM a)	12.096.922	10	8.858.793	11	10.070.053	7	999.691	8	42.334	11
BANIF a)	11.568.615	11	9.838.755	9	6.606.394	10	647.650	11	23.669	12
POPULAR	8.833.191	12	6.436.201	12	3.523.063	12	716.282	10	3.444	30
BBVA	6.941.048	13	5.809.891	13	3.030.020	13	243.876	16	7.329	21
BESI	5.926.469	14	2.121.218	16	833.456	17	526.756	13	50.384	8
Bil a)	4.246.407	15	3.332.680	14		13	176.525	18	-26.326	44
ITAÚ a)	4.038.951	16	1.198.982	21	13.457	38	599.335	12	9.507	18
DEUTSCHE BANK	3.396.858	17	2.087.592	17	1.392.350	16	165.533	20	8.454	20
FINBANCO	3.155.237	18	2.554.740	15	2.162.933	14	236.158	17	9.462	19
FINANTIA	3.105.680	19	2.070.059	18	260.228	23	353.230	14	12.096	16
BPI a)	2.345.543	20	146.019	33	2.000.656	15	62.282	28	4.323	26
CBI	1.930.507	21	916.569	22	139.125	26	258.573	15	45.607	9
BNP PARIBAS a)	1.527.459	22	745.287	24	195.204	25	10.530	41	5.165	23
CETELÉM	1.366.973	23	1.401.860	19	7.188	40	115.530	23	1.652	34
SANTANDER CONSUMER	1.343.949	24	1.307.586	20	4.578	41	120.615	22	10.410	17
BSN a)	1.033.118	25	91.549	35	653.776	18	101.860	24	18.122	13
BAI a)	996.824	26	94.187	34	94.468	29	45.693	30	4.176	28
BANIF INV	986.850	27	429.092	28	278.440	22	74.374	27	3.714	29
FORTIS BANK a)	899.140	28	317.834	30	57.570	33	25.925	36	3.182	32
BANIF MAIS a)	787.623	29	765.329	23	20.495	37	173.541	19	3.430	31
CAIXA VIGO a)	775.730	30	683.220	26	58.291	32	41.348	31	6.084	22
CAIXA GALICIA a)	756.888	31	724.123	25	87.334	30	-5.443	44	2.566	33
BIG	703.350	32	56.891	38	304.985	21	128.686	21	12.329	15
CREDIFIN a)	659.048	33	678.944	27	38.590	35	83.883	25	-1.347	41
BAC a)	575.410	34	392.278	29	313.793	20	36.958	34	4.232	27
BANCO INVEST	548.216	35	316.681	31	99.099	27	55.933	29	5.115	24
BEST a)	451.409	36	60.694	37	315.221	19	27.723	35	4.576	25
BANCO BIC a)	419.104	37	153.314	32	97.622	28	24.513	39	204	38
ACTIVO BANK a)	239.610	38	26.871	41	211.396	24	25.278	38	-665	40

(a) Contas não Consolidadas

ANEXO 4 - QUADRO 10 BOLETIM INFORMATIVO Nº 45 ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA DE BANCOS

ASSOCIAÇÃO PORTUGUESA
DE BANCOS

REPARTIÇÃO DO CRÉDITO CONCEDIDO POR SECTORES DE ACTIVIDADE

QUADRO 10

Valores em Milhões de Euros

SECTORES DE ACTIVIDADE	DEZEMBRO/09			DEZEMBRO/08			Indicadores		
	Crédito Normal	Crédito Vencido	TOTAL	Crédito Normal	Crédito Vencido	TOTAL	Crescimento	Concentração	Estrutura Crédito
	(1)	(2)	(3)=(1)+(2)	(4)	(5)	(6)=(4)+(5)	(7)=(3)/(6)	(8)=(3)/(Tot.)	(9)=(2)/(3)
INTERMEDIÁRIOS FINANCEIROS	13.091	0	13.091	12.428	0	12.428	5,3	4,8	0,0
COMP. SEGUROS E FUNDOS DE PENSÕES	672	0	672	710	0	710	-5,4	0,2	0,0
SECTOR PÚBLICO ADMINISTRATIVO	5.911	0	5.911	5.428	0	5.428	8,9	2,1	0,0
EMP. NÃO FINANCEIRAS E PARTICULARES	247.519	8.255	255.773	242.992	5.391	248.383	3,0	92,9	3,2
EMPRESAS			117.807			115.809	1,7	100,0	
Agricultura, Prod.Animal, Caça e Silvicultura			1.943			1.853	4,9	1,6	
Pesca			155			138	12,3	0,1	
Industria Extractiva			465			474	-1,9	0,4	
Alimentação, Bebidas e Tabacos			3.010			2.812	7,0	2,6	
Têxteis			1.768			1.718	2,9	1,5	
Industria do Couro			387			355	9,0	0,3	
Madeira e Cortiça			1.180			1.222	-3,4	1,0	
Pasta, Papel, Cartão, Edição e Impressão			1.237			1.157	6,9	1,1	
Fabr.Coque, Prod.Petrolif. e Refinados			31			25	24,0	0,0	
Produtos Químicos, Fibras Sintéticos			827			726	13,9	0,7	
Artigos Borracha e Mat. Plásticas			624			607	2,8	0,5	
Outros Minerais não Metálicos			1.465			1.468	-0,2	1,2	
Metalúrgica Base e Produtos Metálicos			1.693			1.674	1,1	1,4	
Máquinas e Equipamentos não Especificados			829			776	6,8	0,7	
Equipamento Eléctrico e de Óptica			532			491	8,4	0,5	
Material de Transporte			560			505	10,9	0,5	
Indústrias Transformadoras não Especificadas			1.034			922	12,1	0,9	
Prod. e Distrib. Electricidade, Gás e Água			3.616			3.260	10,9	3,1	
Construção			22.795			22.245	2,5	19,3	
Comércio Grosso e retalho			15.741			16.174	-2,7	13,4	
Alojamento e Restauração			4.127			3.777	9,3	3,5	
Transporte, Armazenagem e Comunicações			7.115			6.821	4,3	6,0	
Activ.Imobiliárias, Alugueres e Serv.Empresas			42.021			42.530	-1,2	35,7	
Educação, Saúde e Outras Actividades Sociais			4.651			4.078	14,1	3,9	
PARTICULARES			137.967			132.574	4,1	53,9	
TOTAL	267.193	8.255	275.447	261.558	5.391	266.949	3,2	100,0	3,0

Fonte: Boletim Estatístico do Banco de Portugal - Abril/10

